



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta.

FONE (19) 3575-9000

MODO DE DISPUTA: "ABERTO"

Pregão Eletrônico nº 28/2025

Edital nº 28/2025

Processo Administrativo nº- 2707/2024

Endereço Eletrônico: <https://bll.org.br/>.

DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: Dia 02 de abril de 2025

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 17 de abril de 2025 – às 08h15min

A Prefeitura Municipal de Itirapina, Estado de São Paulo, por intermédio da senhora **Prefeita Municipal Maria da Graça Zucchi Moraes**, CPF nº553.097.808-82, usando sua competência, torna público que se acha aberta no Paço Municipal, situada à Avenida 01, nº 106, Centro, Itirapina/SP, o processo licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico nº 28/2025**, julgamento será o de **Menor Preço Global**, originário do **Processo Administrativo nº 2707/2024**, realizará licitação nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), regulamentada pelos decretos municipal 4.088 de 04.09.23, 4089 de 04.09.23 e 4.090 de 04.09.2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e ser encaminhadas por meio eletrônico após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes no aplicativo " BLL Licitações", constante da página eletrônica do BLL – Licitações Públicas, no endereço <https://bll.org.br/>.

A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico <https://bll.org.br/>., no dia e hora mencionados no preâmbulo deste Edital, e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio, designados pelo Decreto Municipal nº 4.074, de 31 de julho de 2023 autorizados pela autoridade competente.

1. OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto *contratação de empresa para prestação de serviços em medicina do trabalho, objetivando a implantação plena do SESMT- Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho para o município de Itirapina/SP.*

1.2. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.2.1. O(s) serviço(s) objeto desta contratação é caracterizado como comum (ns).

1.2.2. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados da assinatura do contrato na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite estabelecido nos termos do artigo 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.2.3. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses.

1.2.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta.

FONE (19) 3575-9000

2. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Participantes. Poderão participar do certame todos os interessados em contratar com a Administração Municipal que estejam registrados no BLL – Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, que atuem em atividade econômica compatível com o seu objeto, sejam detentores de senha para participar de procedimentos eletrônicos e tenham credenciado os seus representantes na forma estabelecida no regulamento que disciplina a inscrição no referido Cadastro.

2.1.1. O registro no BLL – Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, o credenciamento dos representantes que atuarão em nome da licitante no sistema de pregão eletrônico e a senha de acesso deverão ser obtidos anteriormente à abertura da sessão pública e autorizam a participação em qualquer pregão eletrônico realizado por intermédio do no BLL – Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

2.1.2. As informações a respeito das condições exigidas e dos procedimentos a serem cumpridos para a inscrição no Cadastro, para o credenciamento de representantes e para a obtenção de senha de acesso estão disponíveis no endereço eletrônico <https://bll.org.br/>.

2.2. Vedações. Não será admitida a participação, neste certame licitatório, de pessoas físicas ou jurídicas:

2.2.1. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.2.2. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.2.3. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.2.4. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.2.5. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.2.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

2.2.7. O impedimento de que trata o item 0 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta.

FONE (19) 3575-9000

2.2.8. Que estejam proibidas de participar da licitação ou de celebrar a contratação em decorrência do efeito de sanção registrada no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP (artigo 22 da Lei Federal nº 12.846/2013), ou no Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (artigo 37 do Decreto Estadual nº 67.301/2022).

2.3. Inexistência de fato impeditivo à participação. A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado declare, ao acessar o ambiente eletrônico de contratações do BLL – Licitações Públicas, mediante assinalação nos campos próprios, que inexistente qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, bem como que conhece e aceita os regulamentos do Sistema BLL – Licitações Públicas, relativos a Dispensa de Licitação, Convite e Pregão Eletrônico.

2.4. Uso do sistema BLL – Licitações Públicas. A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante. Em caso de perda ou quebra do sigilo da senha de acesso, caberá ao interessado efetuar o seu cancelamento por meio do sítio eletrônico <https://bll.org.br/>.

2.5. Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante em cada pregão eletrônico.

2.6. O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

2.7. Direito de preferência. Para o exercício do direito de preferência de que trata o item 5.6 e subdivisões, bem como para a fruição do benefício de habilitação previsto na alínea “f” e subdivisão do item 5.9, a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte deverá constar do registro da licitante junto ao BLL, sem prejuízo do disposto nos itens 4.6.3 e 4.6.4. deste Edital.

3. PROPOSTAS

3.1. Envio. As propostas deverão ser enviadas por meio eletrônico disponível no endereço <https://bll.org.br/> na opção própria desde a divulgação da íntegra do Edital no referido endereço eletrônico até o dia e horário previstos no preâmbulo para a abertura da sessão pública, devendo a licitante, para formulá-las, assinalar a declaração de que cumpre integralmente os requisitos de habilitação constantes do Edital.

3.2. Preços. Os preços unitários e total serão ofertados no formulário eletrônico próprio, em moeda corrente nacional, em algarismos, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados ao fornecimento do objeto da presente licitação, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação, inclusive gastos com transporte.

3.2.1. As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital e seus anexos.

3.2.2. Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.

3.3. Cadastramento da proposta

3.3.1. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta.

FONE (19) 3575-9000

3.3.2. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.3. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.3.4. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.5. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.3.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.3.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.4. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3. ou 05. sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital

3.5. Simples Nacional. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar Federal nº 123/2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas, sob pena de não aceitação dos preços ofertados pelo Pregoeiro.

3.5.1. Caso venha a ser contratada, a microempresa ou empresa de pequeno porte na situação descrita no item 3.5. deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que celebrado a contratação, nos termos do artigo 30, caput, inciso II, e §1º, inciso II, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

3.5.2. Se a contratada não realizar espontaneamente o requerimento de que trata o item **3.5.3**, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que a empresa seja excluída de ofício do Simples Nacional, nos termos do artigo 29, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

3.6. Reajuste. O preço ofertado permanecerá fixo e irrevogável.

3.6.1. Validade da proposta. Na ausência de indicação expressa em sentido contrário no **Anexo II**, o prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de sua apresentação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta.

FONE (19) 3575-9000

3.7. Havendo divergência nas ordens dos itens entre o Termo de Referência e plataforma, considerar a ordem da plataforma

4. HABILITAÇÃO

4.1. Os documentos relativos para habilitação exigidos são necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos art.(s). 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2. Habilitação jurídica

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária;
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias;
- d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

4.3. Regularidade fiscal e trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo à sede ou domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS);
- d) Certificado de prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);
- e) Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas (CNDT);
- f) Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

g) Certidão emitida pela Fazenda Estadual da sede ou domicílio da licitante que comprove a regularidade de débitos tributários relativos ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS;

h) Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio da licitante que comprove a regularidade de débitos tributários relativos ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN;

4.4. Qualificação econômico-financeira

- a) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual;
 - a.1) Se a licitante for sociedade não empresária, a certidão mencionada na alínea “a” deverá ser substituída por certidão cujo conteúdo demonstre a ausência de insolvência civil, expedida pelo distribuidor competente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta.

FONE (19) 3575-9000

a.2) Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.

a.3) Comprovação de valores mínimos de faturamento anterior e de índices de rentabilidade ou lucratividade e balanço patrimonial do último exercício.

4.5. Qualificação Técnica

4.5.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

4.5.2. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.5.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar o atendimento dos requisitos previstos no edital de licitação e apresentar a Certidão de Registro de Pessoa Jurídica e do Profissional com a regularidade junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, dentro de seu prazo de validade e com jurisdição na sua sede. Em se tratando de empresa não registrada no CREA, deverá apresentar o registro do CREA do Estado de origem, porém, se for vencedora da licitação, fica obrigada a apresentar o visto do CREA de São Paulo antes da assinatura do contrato.

4.5.4. Para a assinatura do contrato deverá apresentar os seguintes documentos:

4.5.5. Registro do profissional responsável (Médico do Trabalho) pela empresa, no CRM (Registro Regional de Medicina), em plena validade.

4.5.6. Médico especializado em Medicina do Trabalho.

4.5.7. Comprovante de Registro da empresa junto ao CRM – Conselho Regional de Medicina, na qual conste o profissional de nível superior legalmente habilitado (Médico do Trabalho) CRM, em plena validade.

a) Engenheiro vinculado ao licitante vencedor;

b) Empresa que emita certificação de Treinamentos com Escola de Ensino;

c) Profissional habilitado e credenciado com registro de todos os treinamentos aqui licitados devidamente aprovados pela Polícia Militar do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo;

d) Relação dos Profissionais de atendimento devidamente registrados em órgãos oficiais, tais como: 01 enfermeiro/a (coren), 01 médico/a (crm), 01 fisioterapeuta (crefito), 01 psicólogo/a (crp), 01 fonoaudiólogo/a (crf), 01 engenheiro/a (crea); Instrutores certificados por instituto devidamente registrado como Escola Técnica de Ensino.

e) Apresentar comprovante de possuir local próprio e licenciado no Município, no prazo limite de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.

4.6. Declarações e outras comprovações

4.6.1. Declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do **Anexo III.1**, atestando que:

a) se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho e Emprego no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal, na forma do Decreto Estadual nº 42.911/1998;

b) não se enquadra em nenhuma das vedações de participação na licitação do item 2.2 deste Edital;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta.

FONE (19) 3575-9000

c) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal;

4.6.2. Declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do **Anexo III.2**, afirmando que sua proposta foi elaborada de maneira independente e que conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013.

4.6.3. Em se tratando de microempresa ou de empresa de pequeno porte, declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do **Anexo III.3**, declarando seu enquadramento nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal.

4.6.4. Comprovação da condição de ME/EPP. Sem prejuízo da declaração exigida no item 4.6.3 e admitida a indicação, pelo licitante, de outros meios e documentos aceitos pelo ordenamento jurídico vigente, a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte será comprovada da seguinte forma:

4.6.4.1. Se sociedade empresária, pela apresentação de certidão expedida pela Junta Comercial competente;

4.6.4.2. Se sociedade simples, pela apresentação da “Certidão de Breve Relato de Registro de Enquadramento de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte”, expedida pelo Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.

4.6.5. Em se tratando de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34 da Lei Federal nº 11.488/2007:

4.6.5.1. Declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do **Anexo III.4**, declarando que seu estatuto foi adequado à Lei Federal nº 12.690/2012 e que auferir Receita Bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006;

4.6.5.2. Sem prejuízo da declaração exigida no item 4.6.5.1 e admitida a indicação, pelo licitante, de outros meios e documentos aceitos pelo ordenamento jurídico vigente, a condição de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34 da Lei Federal nº 11.488/2007 será comprovada pela Demonstração do Resultado do Exercício ou documento equivalente que comprove Receita Bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

4.7. Disposições gerais sobre os documentos de habilitação

4.7.1. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas nos 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

4.7.2. O Pregoeiro, a seu critério, poderá diligenciar para esclarecer dúvidas ou confirmar o teor das declarações solicitadas no item 4.6 deste Edital e das comprovações de qualificação econômico-financeira e de qualificação técnica (caso exigidas nos itens 4.4. e 4.5), aplicando-se, em caso de falsidade, as sanções penais e administrativas pertinentes.

4.7.3. Se o licitante for a matriz, os documentos exigidos no item 4.3. deverão estar em nome da matriz, e, se for filial, os documentos exigidos no item 4.3. deverão estar em nome da filial que, na condição de licitante, executará o objeto da contratação, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta.

FONE (19) 3575-9000

4.7.4. O licitante que se considerar isento ou imune de tributos relacionados ao objeto da licitação, cuja regularidade fiscal ou trabalhista seja exigida no presente Edital, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

4.7.5. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

5. SESSÃO PÚBLICA E JULGAMENTO

5.1. Abertura das propostas. No dia e horário previstos neste Edital, o Pregoeiro dará início à sessão pública do pregão eletrônico, com a abertura automática das propostas e a sua divulgação pelo sistema na forma de grade ordenatória, em ordem crescente de preços.

5.2. Análise. A análise das propostas pelo Pregoeiro se limitará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e à legislação vigente.

5.2.1. Serão desclassificadas as propostas:

- a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste Edital;
- b) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;
- c) apresentadas por licitante impedida de participar, nos termos do item 2.2 deste Edital;
- d) que apresentem preços unitários ou total simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos ou salários de mercado;
- e) formuladas por licitantes participantes de cartel, conluio ou qualquer acordo colusivo voltado a fraudar ou frustrar o caráter competitivo do certame licitatório.

5.2.2. A desclassificação se dará por decisão motivada do Pregoeiro.

5.2.3. Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

5.2.4. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.3. Nova grade ordenatória será divulgada pelo sistema, contendo a relação das propostas classificadas e das desclassificadas.

5.4. Lances. Será iniciada a etapa de lances com a participação de todas as licitantes detentoras de propostas classificadas.

5.4.1. Os lances deverão ser formulados exclusivamente por meio do sistema eletrônico em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço ou ao último valor apresentado pela própria licitante ofertante, observada em ambos os casos a redução mínima fixada no item 5.4.2, aplicável, inclusive, em relação ao primeiro formulado, prevalecendo o primeiro lance recebido, quando ocorrerem 02 (dois) ou mais lances do mesmo valor.

5.4.2. O valor de redução mínima entre os lances será de 01% (um por cento) e incidirá sobre o valor unitário do item.

5.4.3. A etapa de lances terá a duração de 10 (minutos) minutos.

5.4.3.1. A duração da etapa de lances será prorrogada automaticamente pelo sistema, visando à continuidade da disputa, quando houver lance admissível ofertado nos últimos 02 (três) minutos do período de que trata o item 5.4.3 ou nos sucessivos períodos de prorrogação automática.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta.

FONE (19) 3575-9000

5.4.3.2. Não havendo novos lances ofertados nas condições estabelecidas no item 5.4.3.1, a duração da prorrogação encerrar-se-á, automaticamente, quando atingido o segundo minuto contado a partir do registro no sistema do último lance que ensejar prorrogação.

5.4.4. No decorrer da etapa de lances, as licitantes serão informadas pelo sistema eletrônico:

5.4.4.1. Dos lances admitidos e dos inválidos, horários de seus registros no sistema e respectivos valores;

5.4.4.2. Do tempo restante para o encerramento da etapa de lances.

5.5. Classificação. Encerrada a etapa de lances, o sistema divulgará a nova grade ordenatória contendo a classificação final, em ordem crescente de valores, considerando o último preço admitido de cada licitante.

5.6. Empate ficto. Com base na classificação a que alude o item 5.5, será assegurada às licitantes microempresas e empresas de pequeno porte preferência à contratação, observadas as seguintes regras:

5.6.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte detentora da proposta de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao valor da proposta melhor classificada, será convocada pelo Pregoeiro para que apresente preço inferior ao da melhor classificada no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência. Caso haja propostas empatadas, a convocação recairá sobre a licitante vencedora de sorteio.

5.6.2. Não havendo a apresentação de novo preço, inferior ao preço da proposta melhor classificada, serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas e empresas de pequeno porte cujos valores das propostas se enquadrem nas condições indicadas no item 5.6.1.

5.6.3. Caso a detentora da melhor oferta, de acordo com a classificação de que trata o item 5.5, seja microempresa ou empresa de pequeno porte, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação do preço.

5.6.4. Sempre que, em momento subsequente, a proposta melhor classificada não for aceita, ou for desclassificada ou inabilitada, e antes de o Pregoeiro passar à proposta subsequente, haverá nova verificação da eventual ocorrência de empate ficto, nos termos dos itens 5.6 e 5.6.1 a 5.6.3 do Edital, se for o caso.

5.7. Negociação. O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor mediante troca de mensagens abertas no sistema, com vistas à redução do preço.

5.8. Aceitabilidade. Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

5.8.1. A aceitabilidade dos preços será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo Órgão Gerenciador que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.

5.8.2. Não serão aceitas as propostas que tenham sido apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional e que, não obstante, tenham considerado os benefícios desse regime tributário diferenciado.

5.8.3. Na mesma sessão pública, o Pregoeiro solicitará da licitante detentora da melhor oferta o envio, no campo próprio do sistema, da planilha de proposta detalhada, elaborada de acordo com o modelo do **Anexo II** deste Edital, contendo os preços unitários e o novo valor total para a contratação a partir do valor total final obtido no certame.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta.

FONE (19) 3575-9000

5.8.3.1. A planilha de proposta deverá conter indicação da procedência, marca e modelo do produto ofertado, observadas as especificações do Termo de Referência constante do **Anexo I**.

5.8.3.2. O Pregoeiro poderá a qualquer momento solicitar às licitantes os esclarecimentos que julgar necessários.

5.8.3.3. A critério do Pregoeiro, a sessão pública poderá ser suspensa por até 02 (dois) dias úteis para a apresentação da planilha de proposta em conformidade com o modelo do **Anexo II**.

5.8.3.4. Se a licitante detentora da melhor oferta deixar de cumprir a obrigação estabelecida no item 5.8.3, sua proposta não será aceita pelo Pregoeiro.

5.9. Exame das condições de habilitação. Considerada aceitável a oferta de menor preço, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação, observando as seguintes diretrizes:

a) Verificação dos dados e informações do autor da oferta aceita, e extraídos dos documentos indicados no item 4 deste Edital;

b) Caso os dados e informações não atendam aos requisitos estabelecidos no item 4 deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos hábeis de informações. Essa verificação será certificada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos os documentos obtidos por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada;

c) A licitante poderá suprir eventuais omissões ou sanear falhas relativas ao cumprimento dos requisitos e condições de habilitação estabelecidos neste Edital mediante a apresentação de documentos, preferencialmente no campo próprio do BLL Licitações Públicas ou por correio eletrônico a ser fornecido pelo Pregoeiro no chat do sistema, desde que os envie no curso da própria sessão pública e antes de ser proferida a decisão sobre a habilitação.

d) A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações, no momento da verificação a que se refere a alínea “b”, ou dos meios para a transmissão de cópias de documentos a que se refere a alínea “c”, ambas deste subitem 5.9, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades e/ou não sendo supridas ou saneadas as eventuais omissões ou falhas, na forma prevista nas alíneas “b” e “c”, a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada;

e) Os originais ou cópias autenticadas por tabelião de notas dos documentos enviados na forma constante da alínea “c” deverão ser apresentados no endereço indicado no preâmbulo deste Edital, em até 02 (dois) dias após o encerramento da sessão pública, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e aplicação das penalidades cabíveis;

e.1) Os documentos poderão ser apresentados mediante publicação em órgão da imprensa oficial, ou por cópia simples, desde que acompanhados dos originais para que sejam autenticados por servidor da administração; ou

e.2) Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta.

FONE (19) 3575-9000

f) A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista de microempresas ou empresas de pequeno porte será exigida apenas para efeito de celebração da contratação. Não obstante, a apresentação de todas as certidões e documentos exigidos para a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista será obrigatória na fase de habilitação, ainda que apresentem alguma restrição ou impedimento.

f.1) A prerrogativa tratada na alínea “f” abrange apenas a regularidade fiscal e trabalhista do licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte, não abrangendo os demais requisitos de habilitação exigidos neste Edital, os quais deverão ser comprovados durante o certame licitatório e na forma prescrita neste item 5.9.

g) Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

h) Havendo necessidade de maior prazo para analisar os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no chat eletrônico a nova data e horário para sua continuidade.

i) Por meio de aviso lançado no sistema, o Pregoeiro informará às demais licitantes que poderão consultar as informações cadastrais da licitante vencedora utilizando opção disponibilizada no próprio sistema para tanto. O Pregoeiro deverá, ainda, informar o teor dos documentos recebidos por meio eletrônico.

5.10. A licitante habilitada nas condições da alínea “f” do item 5.9 deverá comprovar sua regularidade fiscal e trabalhista sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

5.11. Ocorrendo a habilitação na forma indicada na alínea “f”, do item 5.9, a sessão pública será suspensa pelo Pregoeiro, observados os prazos previstos no item 5.10 para que a licitante vencedora possa comprovar a regularidade fiscal e trabalhista.

5.12. Por ocasião da retomada da sessão, o Pregoeiro decidirá motivadamente sobre a comprovação ou não da regularidade fiscal e trabalhista de que trata o item 5.10, ou sobre a prorrogação de prazo para a mesma comprovação.

5.13. Exame da oferta subsequente. Se a oferta não for aceitável, se a licitante desatender às exigências para a habilitação, ou não sendo saneada a irregularidade fiscal e trabalhista, nos moldes dos itens 5.10 a 5.12, o Pregoeiro, respeitada a ordem de classificação de que tratam os itens 5.5 e 5.6, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

6. RECURSO, HOMOLOGAÇÃO E CELEBRAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO.

6.1. Recursos. Divulgado o vencedor ou, se for o caso, saneada a irregularidade fiscal e trabalhista nos moldes dos itens 5.10 a 5.12, o Pregoeiro informará às licitantes por meio de mensagem lançada no sistema que poderão interpor recurso, imediata e motivadamente, por meio eletrônico, utilizando exclusivamente o campo próprio disponibilizado no sistema.

6.2. Havendo interposição de recurso o Pregoeiro informará aos recorrentes que poderão apresentar memoriais contendo as razões recursais no prazo de 03 (três) dias úteis após o encerramento da sessão pública, sob pena de preclusão. Os demais licitantes poderão



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta.

FONE (19) 3575-9000

apresentar contrarrazões ao(s) recurso(s) interposto(s) no prazo comum de 03 (três) dias úteis contados a partir do término do prazo para apresentação, pelo(s) recorrente(s), dos memoriais recursais, sendo-lhes assegurada vista aos autos do processo no endereço indicado pela Unidade Compradora.

6.3. Os memoriais de recurso e as contrarrazões serão oferecidos por meio eletrônico no sítio <https://bll.org.br/>, opção "RECURSO". A apresentação de documentos relativos às peças antes indicadas, se houver, será efetuada mediante protocolo dentro dos prazos estabelecidos no item 6.2.

6.4. A falta de interposição do recurso na forma prevista no item 6.1 importará na decadência do direito de recorrer, podendo o Pregoeiro declarar o vencedor do certame na própria sessão pública e, em seguida, propor à autoridade competente a homologação do procedimento licitatório.

6.5. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

6.6. Homologação. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

6.7. Convocação para assinatura do Contrato Administrativo. Serão convocados para assinar do Contrato Administrativo, respeitados os quantitativos ofertados e a ordem de classificação do certame, a licitante vencedora.

6.7.1. A convocação será feita pelo Órgão Gerenciador em até 3 (três) dias úteis após a publicação, em Diário Oficial do Município e/ou Diário Oficial do Estado, do ato que homologou o procedimento licitatório.

6.7.2. Salvo disposição diversa constante no ato de convocação, o prazo para assinatura do Contrato pelo fornecedor, com a utilização de meio eletrônico nos termos da legislação aplicável, será de 3 (três) dias úteis, contados da data da convocação, e o Contrato será celebrada pela mesma autoridade que subscreveu o Edital.

6.7.3. O prazo do item 6.7.2 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, por solicitação do fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pelo Órgão Gerenciador.

6.7.4. Caso a empresa não compareça ou não tenha encaminhado às respectivas vias do termo no prazo estipulado para a assinatura do contrato, **decairá do direito de contratar e poderá ser punida** com multa de até **20% (vinte por cento) do valor total ganho**, sendo convocada a seguinte na ordem de classificação.

7. DESCONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

7.1. Desconexão. À licitante caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, respondendo pelos ônus decorrentes de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema.

7.2. Efeitos. A desconexão do sistema eletrônico com o Pregoeiro, durante a sessão pública, implicará:

a) fora da etapa de lances, a sua suspensão e o seu reinício, desde o ponto em que foi interrompida. Neste caso, se a desconexão persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública deverá ser suspensa e reiniciada somente após comunicação expressa às licitantes de nova data e horário para a sua continuidade;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta.

FONE (19) 3575-9000

b) durante a etapa de lances, a continuidade da apresentação de lances pelas licitantes, até o término do período estabelecido no Edital.

7.3. A desconexão do sistema eletrônico com qualquer licitante não prejudicará a conclusão válida da sessão pública ou do certame.

8. EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. Remissão ao Termo de Referência. O objeto a ser fornecido deve estar em conformidade com o cronograma de entregas juntamente com os demais disseses do Termo de Referência, que constitui **Anexo I** deste Edital.

9. RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1. Remissão ao contrato. As condições de recebimento do objeto são aquelas definidas pelo termo de contrato, cuja minuta constitui o **Anexo V** deste Edital.

10. PAGAMENTOS

10.1. Prazo. O pagamento será efetuado mensalmente no prazo de até 10 (dez) dias contados da finalização da liquidação da despesa.

10.2. A cada mês de execução, previamente ao faturamento e emissão de Nota Fiscal, a empresa Contratada deverá apresentar ao Departamento de Pessoal uma planilha analítica dos serviços prestados no mês, com preço unitário e total para cada tipo de serviço realizado.

10.3. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá em **30 (trinta) dias** após a data de sua reapresentação.

10.3. Será considerada a data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.4. CADIN ESTADUAL. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome da contratada no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades do Estado de São Paulo – CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pela contratada, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei Estadual nº 12.799/2008.

10.5. Os pagamentos serão feitos mediante crédito aberto em conta corrente em nome da contratada em Banco e Agencia indicada pelo fornecedor.

10.6. Correção monetária. Havendo atraso nos pagamentos, incidirá correção monetária sobre o valor devido na forma da legislação aplicável, bem como juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

10.7. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

10.8. A Nota Fiscal/Fatura liquidada, deverá, obrigatoriamente, conter o mesmo CNPJ do vencedor da licitação e atestada pelo fiscal do Contrato/Ata de Registro de Preços.

10.9. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta.

FONE (19) 3575-9000

10.10. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.

10.11. A Nota Fiscal/Fatura deverá constar o número do respectivo empenho e deverá ser encaminhamento ao Departamento de Empenhos da Prefeitura Municipal de Itirapina/SP.

10.12. A contagem do prazo para pagamento considerará dias corridos e terá início e encerramento em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Itirapina/SP.

10.13. Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, será imediatamente solicitada à Contratada a substituição ou carta de correção, quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada à Prefeitura Municipal de Itirapina/SP no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

10.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.15. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

10.16.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.17. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.18. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11. CONTRATAÇÃO

11.1. Celebração. A contratação decorrente deste certame licitatório será formalizada mediante a assinatura do termo contratual, cuja minuta integra este Edital como **Anexo VI**.

11.1.1. Se, por ocasião da celebração do contrato, algum dos documentos apresentados pela adjudicatária para fins de comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista estiver com o prazo de validade expirado, a Unidade Compradora verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando ao expediente os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

11.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos no item 11.1.1 por meio eletrônico hábil de informações, a adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta.

FONE (19) 3575-9000

respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

11.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome da adjudicatária no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”.

11.1.4. Com a finalidade de verificar o eventual descumprimento pelo licitante das condições de participação previstas no item 2.2 deste Edital serão consultados, previamente à celebração da contratação, os seguintes cadastros:

11.1.4.1. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

11.1.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

11.1.4.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIA, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php), devendo ser consultados o nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário (artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992);

11.1.4.4. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

11.1.4.5. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.corregedoria.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>);

11.1.4.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

11.1.5. Constituem, igualmente, condições para a celebração do contrato:

11.1.5.1. A apresentação do(s) documento(s) que a adjudicatária, à época do certame licitatório, houver se comprometido a exibir antes da celebração do contrato por meio de declaração específica, caso exigida no item 4.1.4.6 deste Edital;

11.1.5.2. A indicação de gestor encarregado de representar a adjudicatária com exclusividade perante o contratante, caso se trate de sociedade cooperativa.

11.2. A adjudicatária será convocada pela Unidade Compradora para assinatura do termo de contrato no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contados da data da convocação. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável. O prazo para assinatura poderá ser prorrogado por igual período por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

11.3. Celebração frustrada. As demais licitantes classificadas serão convocadas para participar de nova sessão pública do pregão, com vistas à celebração do contrato, quando a adjudicatária:

11.3.1. Deixar de comprovar sua regularidade fiscal e trabalhista, nos moldes do item 5.10, ou na hipótese de invalidação do ato de habilitação com base no disposto na alínea “e” do item 5.9;

11.3.2. For convocada dentro do prazo de validade de sua proposta e não apresentar a situação regular de que tratam os itens 11.1.1 a 11.1.5 deste Edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta.

FONE (19) 3575-9000

11.3.3. Recusar-se a assinar o contrato ou não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos;

11.3.4. For proibida de participar desta licitação, nos termos do item 2.2 deste Edital;

11.4. A nova sessão de que trata o item 11.3 será realizada em prazo não inferior a 03 (três) dias úteis contados da publicação do aviso no Diário Oficial do Município de Itirapina.

11.4.1. O aviso será também divulgado nos endereços eletrônicos (<https://bll.org.br/>) e www.itirapina.sp.gov.br, opção “LICITAÇÕES”.

11.4.2. Na nova sessão, respeitada a ordem de classificação, observar-se-ão as disposições dos itens 5.7 a 5.10 e 6.1 a 6.7 deste Edital.

12. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

12.1. Não será exigida a prestação de garantia de execução para celebrar a contratação decorrente deste certame licitatório.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14. IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. Forma. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos serão formulados por meio eletrônico, em campo próprio do sistema, encontrado na opção “EDITAL”. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta.

FONE (19) 3575-9000

14.3. Decisão. As impugnações serão decididas pelo pregoeiro, auxiliado pelo órgão de assessoramento que elaborou ou participou da elaboração bem como seu subscritor; os pedidos de esclarecimentos respondidos pelo Pregoeiro. Ambas decisões deverão ser proferidas até o 3º dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública.

14.3.1. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização da sessão pública, se for o caso.

14.3.2. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimentos serão entranhados aos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

14.4. Aceitação tácita. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus anexos, em especial no Termo de Referência.

15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

15.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

15.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

15.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

15.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

15.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

15.1.2.4. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

15.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

15.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

15.1.5. Fraudar a licitação

15.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

15.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

15.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

15.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

15.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

15.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

15.2.1. Advertência;

15.2.2. Multa;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta.

FONE (19) 3575-9000

15.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

15.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

15.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

15.3.2. As peculiaridades do caso concreto

15.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

15.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

15.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

15.4.1. Para as infrações previstas nos itens 0, 0 e 0, a multa será de **0,5% a 15%** do valor do contrato licitado.

15.5. Para as infrações previstas nos itens 150, 1515.1.7 e 15.1.8, a multa será de **15% a 30%** do valor do contrato licitado.

15.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

15.7. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 0, 0 e 0, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 0, 0, 0, 15.1.7 e 15.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 0, 0 e 0 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

15.10. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 0, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

15.11. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta.

FONE (19) 3575-9000

será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.13. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

15.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.15. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Interpretação. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

16.2. Omissões. Os casos omissos serão solucionados pelo Pregoeiro e as questões relativas ao sistema, pelo órgão responsável pela Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL.

16.3. Sigilo dos licitantes. O sistema manterá sigilo quanto à identidade das licitantes:

16.3.1. Para o Pregoeiro, até a etapa de negociação com o autor da melhor oferta;

16.3.2. Para os demais participantes, até a etapa de habilitação;

16.4. Será excluído do certame o licitante que, por quaisquer meios, antes ou durante a sessão pública, franqueie, permita ou possibilite a sua identificação para a Unidade Compradora, para o Pregoeiro ou para os demais participantes em qualquer momento, desde a publicação do aviso até a conclusão da etapa de negociação, especialmente no preenchimento do formulário eletrônico para a entrega das propostas.

16.5. A exclusão de que trata o item anterior dar-se-á por meio de desclassificação do licitante na etapa "Análise de Propostas" e/ou pela não aceitabilidade do preço pelo pregoeiro na etapa "Análise da Aceitabilidade de Preço".

16.6. Saneamento de erros e falhas. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

16.6.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

16.6.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.7. Publicidade. O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos à publicação, serão divulgados no Diário Oficial do Estado e do Município nos sítios



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta.

FONE (19) 3575-9000

eletrônicos

<http://www.itirapina.sp.gov.br>

e

<https://imprensaoficialmunicipal.com.br/itirapina>, respectivamente.

16.8. Prazos. Os prazos indicados neste Edital em dias corridos, quando vencidos em dia não útil, prorrogam-se para o dia útil subsequente.

16.9. Foro. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o Foro da Vara Única da Comarca de Itirapina/SP.

16.10. Anexos. Integram o presente Edital:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Modelo de planilha de proposta;

Anexo III.1 – Modelos de Declarações do Ministério do Trabalho e Emprego

Anexo III.2 – Modelo de declaração de elaboração independente de proposta e atuação conforme ao marco legal anticorrupção;

Anexo III.3. Modelo de declaração de enquadramento como ME ou EPP;

Anexo III.4. – Modelo de enquadramento com cooperativa;

Anexo V – Dados Contratuais;

Anexo VI – Minuta do Termo de Contrato;

Anexo VI.A – Termo de Ciência e Notificação

Anexo VI.B – Cadastro Responsável

Anexo VI.C - Declaração de Documentos à Disposição do TCE-SP

Itirapina, 01 de abril de 2025.

Flávio Siqueira Fagundes

Secretário Municipal da Administração



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta.

FONE (19) 3575-9000

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços em medicina do trabalho, objetivando a implantação plena do SESMT- Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho para o município de Itirapina/SP.

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADE ANUAL
1	GINASTICA LABORAL	HS	120
2	NR 01 - ORDEM DE SERVIÇO: ELABORAÇÃO E TREINAMENTO PARA TODOS OS SERVIDORES	UN.	400
3	GESTÃO DO MÓDULO S.S.T. NO E-SOCIAL - EVENTOS 2210 - 2220 - 2221 - 2240 (COM FORNECIMENTO DE SOFTWARE)	MÊS	12
4	NR-05: FORMAÇÃO DA CIPA - COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO À ACIDENTES	UN.	1
5	NR-06 TREINAMENTO PARA USO DE EPIS	UN.	6
6	NR-10 TREINAMENTO BASICO	UN.	2
7	NR-11 OPERADOR DE PÁ CARREGADEIRA	UN.	2
8	NR-11 OPERADOR RETRO ESCAVADEIRA	UN.	2
9	NR-12 OPERADOR DE MOTOSSERRA, MÁQS, EQTOS.	UN.	1
10	NR-18 OPERADOR DE PLATAFORMA ELEVATÓRIA (PEMT)	UN.	1
11	NR-18 INTEGRAÇÃO	UN.	4
12	NR-31 OPERADOR DE TRATOR	UN.	2
13	NR-32 SEGURANÇA P/TRABALHADORES NA ÁREA SAÚDE	UN.	8
14	NR-33 PARA VIGIA E TRABALHADORES CONFINADOS	UN.	1
15	NR-34 TRABALHO A QUENTE	UN.	1
16	NR-35 TRABALHO EM ALTURA	UN.	4
17	NR-38 TRABALHO NAS ATIVIDADES DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	UN.	2
18	TREINAMENTO BRIGADA DE INCÊNDIO CONFORME IT-17 DO CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO DE SÃO PAULO	UN.	12
19	TREINAMENTO DE PRIMEIRO SOCORROS PARA OS PROFESSORES, AGENTE ESCOLAR E TODOS OS FUNCIONÁRIOS DAS ESCOLAS E CRECHES MUNICIPAIS	UN.	3
20	ELABORAR PRONTUÁRIO DA NR-20 CRIANDO PROCEDIMENTOS E ORGANIZANDO OS DOCUMENTOS	UN.	1
21	PLANO DE EMERGÊNCIA CONFORME IT-16 DO CORPO DE BOMBEIRO DO ESTADO DE SÃO PAULO PARA O PRONTO SOCORRO, UBS, CRECHES E ESCOLAS MUNICIPAIS	UN.	7
22	SERVIÇOS DE ENFERMAGEM, TÉCNICA DE ENFERMAGEM DO TRABALHO.	MÊS	12
23	SERVIÇOS DE MEDICINA OCUPACIONAL (MÉDICO DO TRABALHO - EXAMES ADMISSIONAIS, DEMISSIOAIS, PERIÓDICOS, RETORNO AO TRABALHO, MUDANÇA DE FUNÇÃO, HOMOLOGAÇÃO DE ATESTADO, PERÍCIA PARA ENCAMINHAMENTO AO INSS E DEMAIS ATRIBUIÇÕES LISTADAS NA NR 07	MÊS	12
24	ELABORAÇÃO DO PGR DE ACORDO COM A NR 01	UN	1
25	ELABORAÇÃO DO LTCAT DE ACORDO COM LEI Nº 9.528, de	UN	1



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta.

FONE (19) 3575-9000

	1997		
26	ELABORAÇÃO DO PCMSO DE ACORDO COM A NR 07	UN	1
27	ELABORAÇÃO DE LAUDO DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE DE ACORDO COM AS NR 15 E 16	UN	1
28	SERVIÇO DE ASSISTENTE TÉCNICO DE PERICIAS JUDICIAIS	MÊS	12

EXAMES LABORATORIAIS E MÉDICOS PARA O SESMT			
1	HEMOGRAMA COMPLETO	UN.	800
2	VDRL	UN.	150
3	PARASITOLÓGICO	UN.	150
4	ANTI HBS	UN.	500
5	AUDIOMETRIA	UN.	350
6	ACUIDADE VISUAL	UN.	300
7	ESPIROMETRIA	UN.	150
8	EEG	UN.	150
9	ECG	UN.	150
10	RC TORAX	UN.	300
11	RX LOMBAR	UN.	300
12	EXAME DE DINAMOMETRIA PUNHO	UN.	150
13	EXAME DE DINAMOMETRIA ESCAPULAR	UN.	150
14	EXAME DE DINAMOMETRIA DORSAL	UN.	150
15	EXAME DE HEPATITE B	UN.	300
16	EXAME DE COLINESTERASE	UN.	50
17	EXAME DE CREATININA	UN.	150
18	EXAME DE PSICOSSOCIAL	UN.	800
19	EXAME DE TGO	UN.	100
20	EXAME DE TGP	UN.	100
21	EXAME DE HCV	UN.	100
22	EXAME TOXICOLÓGICO	UN.	150
23	EXAME DE GLICEMIA	UN.	300
24	EXAME DE VDRL	UN.	150
25	EXAME DE HIV	UN.	150

1.1. Classificação dos bens ou Serviços: Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens e serviços comuns (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021), cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

1.2. O prazo de vigência da contratação é de até 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos termos do art. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada no ETP – Estudo Técnico Preliminar.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta.

FONE (19) 3575-9000

2.2. Além das informações constantes no Estudo Técnico Preliminar, importante mencionar que a presente contratação far-se-á necessária tendo em vista a implantação plena do SESMT - Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho na Prefeitura do Município de Itirapina, objetivando a implementação de ações destinadas à promoção de saúde ocupacional, à prevenção de riscos e doenças referentes ao trabalho e demais obrigações com a legislação federal das relações trabalhistas.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se estabelecida no ETP – Estudo Técnico Preliminar.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.2. Para esta contratação não haverá indicação de marca específica ou de marcas referenciais;

Da exigência de amostra

4.3. Não há necessidade de análise de amostra para a referida contratação;

Da exigência de carta de solidariedade

4.4. Não aplicável.

Subcontratação

4.5. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

5. EXECUÇÃO DO OBJETO DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS – MEMORIAL DESCRITIVO

5.1 GINÁSTICA LABORAL

A Ginástica Laboral, atualmente denominada como "Atividade Física Laboral", consiste em uma série de exercícios físicos de curta duração, realizados no próprio ambiente de trabalho, durante a jornada laboral. Seu objetivo principal é prevenir e minimizar os problemas de saúde relacionados ao trabalho, tais como dores musculares, lesões por esforços repetitivos (LER), e outras condições ergonômicas. A implementação da Ginástica Laboral em seu ambiente de trabalho trará inúmeros benefícios para sua empresa, tais como: Prevenção de Lesões e Doenças Ocupacionais: A prática regular de exercícios físicos específicos contribui para reduzir o risco de lesões musculoesqueléticas, como LER/DORT, tão comuns em ambientes de trabalho que demandam esforço físico repetitivo. Melhoria da Qualidade de Vida no Trabalho: A Ginástica Laboral promove o alívio do estresse, a melhoria da postura e a redução das tensões musculares, proporcionando maior conforto e bem-estar aos colaboradores durante sua jornada de trabalho. Aumento da Produtividade: Colaboradores saudáveis e motivados tendem a ser mais produtivos, engajados e comprometidos com suas tarefas, resultando em um ambiente de trabalho mais eficiente e produtivo. Atendimento às Exigências Legais: A implementação da Ginástica Laboral está alinhada com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, especialmente a NR 17 – Ergonomia, que estabelece a obrigatoriedade de adaptação das condições de trabalho às características dos trabalhadores, visando à promoção da saúde e da qualidade de vida no



trabalho. Normas Regulamentadoras: Conforme as Normas Regulamentadoras (NR's) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), destacamos a NR 17 – Ergonomia. Esta norma estabelece parâmetros que visam garantir a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos colaboradores, proporcionando o máximo de conforto, segurança e desempenho eficiente. A NR 17 ressalta a importância da ginástica laboral como uma das medidas preventivas para minimizar os riscos ergonômicos e promover a saúde ocupacional. Legislação Pertinente: Além das normativas específicas, a implementação da Ginástica Laboral encontra respaldo legal na Lei nº 6.514/1977, em seu Art. 157, que versa sobre a obrigatoriedade da empresa em adotar medidas de prevenção de acidentes e doenças ocupacionais.

5.2 NR 01 – ORDEM DE SERVIÇOS: ELABORAÇÃO E TREINAMENTO A TODOS SERVIDORES

O objetivo da ordem de serviço NR 1 é diminuir os riscos de acidentes e doenças ocupacionais através da divulgação de informações importantes ao trabalhador, para que ele conheça os riscos de sua função e entenda o que é preciso fazer para evitá-los. Sendo assim, ao assinar a ordem de serviço nr 1, tanto empregado como empregador se comprometem a seguir as normas estipuladas.

São outros objetivos da ordem de serviço NR 1: Elucidação das obrigações e proibições direcionadas ao trabalhador; Conhecimento das penalidades envolvidas no não cumprimento da ordem de serviço; Indicação dos procedimentos adotados em casos de acidente do trabalho e doenças ocupacionais; Definição de medidas para eliminar ou neutralizar a insalubridade e as condições inseguras de trabalho.

A empresa contratada deverá executar a elaboração e entrega das Ordens de Serviço de acordo com a NR 01 – Disposições Gerais e NR06, individual por servidor, devendo conter informações de EPI's. Ordem de serviço de segurança e saúde no trabalho: instruções por escrito quanto às precauções para evitar acidentes do trabalho ou doenças ocupacionais, tendo em vista o cumprimento da obrigação legal prevista na CLT e na NR01. "II – orientar os empregados, por meio de ordens de serviço, quanto às precauções a tomar no sentido de evitar acidentes de trabalho ou doenças ocupacionais (Incluído pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977)". Portanto, sua adoção se torna uma obrigação.

5.3 GESTÃO DO MÓDULO SST (SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO) NO E-SOCIAL – EVENTOS 2210, 2220, 2221 e 2240

Envio dos eventos de SST para a Plataforma do e-Social:

- a) Envio do evento 2210 CAT Comunicação de Acidente de Trabalho, esse envio deve ser solicitado pelo Setor de Recursos Humanos da Prefeitura, sempre que houver um acidente de trabalho, o prazo para o envio é de 24 (vinte e quatro) horas após entrada no hospital ou pronto socorro e ser aberto a RAT.
- b) Envio do evento 2220 Monitoramento da Saúde do Trabalhador – neste evento serão enviados mensalmente, os ASO's conforme o PCMSO solicitado.
- c) Envio do evento 2240 Condições Ambientais do trabalho – Agentes Nocivos, neste evento serão enviadas as informações da exposição do trabalhador aos agentes nocivos conforme "tabela 24 Agentes Nocivos e Atividades – Aposentadoria Especial", do e-Social, e identificados os agentes nocivos aos quais o trabalhador está exposto. Deve também ser declarada a existência de EPC (Equipamento de Proteção Coletiva) instalados, e bem como os EPIs (Equipamento de Proteção Individual) disponibilizados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta.

FONE (19) 3575-9000

5.4 NR-05: FORMAÇÃO DA CIPA – COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO A ACIDENTES

A empresa contratada deverá coordenar todo o processo eleitoral da CIPA e realizar Treinamento de ao menos uma turma de NR-05 com carga horária 20 horas.

A CIPA Tem como objetivo observar e relatar condições de riscos nos ambientes de trabalho e solicitar medidas para reduzir e até eliminar os riscos existentes e/ou neutralizá-los, discutir os acidentes ocorridos e doenças decorrentes do trabalho, solicitar medidas de prevenção e orientar os demais colaboradores quanto à prevenção de acidentes, de modo a tomar compatível permanentemente o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador;

As ações quanto a CIPA deve contemplar no mínimo os seguintes serviços:

- a) Assessorar, acompanhar e implantar a realização das eleições e nomeação dos representantes eleitos e representantes indicados pelo órgão, mantendo-a em pleno funcionamento;
- b) Estabelecer cronograma de implantação da CIPA, avaliando o prazo estabelecido na legislação vigente quanto a CIPA que está em vigor, contendo todos os documentos legais por etapas necessárias;
- c) Promover do treinamento obrigatório para todos os membros da CIPA e representantes, sendo este, ministrado por técnicos habilitados, nos termos do item 5.33 da Norma Regulamentadora nº 5, antes de sua posse (curso para cipeiros), emitindo certificados por uma escola técnica com eixo tecnológico na área da saúde ou segurança do trabalho. Assinado por um engenheiro ou técnico em segurança do trabalho e um profissional da saúde com formação de nível superior.
- d) Orientação aos membros da CIPA e representantes, quanto à elaboração dos Mapas de Risco, de acordo com os normativos previstos na NR-05, contendo as identificações dos locais e dimensão do grau de cada risco (grande, médio, pequeno);
- f) Assessorar e acompanhar a CIPA na realização da SIPAT – Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho, que será promovida anualmente, auxiliando na identificação das necessidades relacionadas à saúde e segurança do trabalho;
- g) É de responsabilidade da CONTRATADA, colaborar e auxiliar na constituição da Comissão Eleitoral para coordenar toda fase de convocação através do edital, inscrição, divulgação, eleição e posse da diretoria da CIPA – GESTÃO 2025/2026 e sucessivamente;
- h) A Contratada deverá fornecer toda logística para Comissão Eleitoral das CIPA 2025/2026 confeccionar as cédulas eleitorais, listas de presença, lista de inscrições e formulários de recibo de inscrições;
- i) A Contratada deverá elaborar relatórios circunstanciados desde a formação da Comissão Eleitoral, Eleição e Posse dos eleitos pelos servidores e membros indicados pela Administração Municipal;
- j) A Contratada ministrará o curso de Cipeiro com carga horária de 20 horas, para no mínimo 18 (dezoito) servidores, sendo ministrados durante o expediente por profissional na área de Engenharia e Segurança do Trabalho ou Técnico em Segurança do Trabalho e o certificado deverá ser emitido por uma escola técnica do eixo tecnológico da saúde ou segurança.

5.5 TREINAMENTO DA NR-06 – EPIs

Trata-se do uso correto de EPI, treinamento com carga horária duas horas para cinco turmas com vinte participantes, no máximo, por turma. O instrutor deverá ter formação de técnico em segurança do trabalho e ou engenheiro de segurança do trabalho.

A empresa contratada deverá realizar treinamento acerca do EPI a ser fornecido, quando as características do EPI requeiram, observada a atividade realizada e as exigências estabelecidas em normas regulamentadoras e nos dispositivos legais.



5.6 TREINAMENTO DA NR-10 – SERVIÇOS ENERGIZADOS

A empresa contratada deverá aplicar carga horária de 40 horas para duas turmas com vinte participantes, no máximo, por turma. Para os conteúdos de riscos envolvendo eletricidade o instrutor deve ter formação e engenharia elétrica e especialização em segurança do trabalho e ser devidamente registrado no CREA. Para o conteúdo de Primeiros socorros o instrutor deve ter formação de nível superior na área da saúde como por exemplo: enfermeiro, médico, fisioterapeuta, educador físico. Para o conteúdo de combate a incêndio o instrutor deve ser Técnico em Segurança do Trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho ou bombeiro militar. e o certificado deverá ser emitido por uma escola técnica do eixo tecnológico da saúde ou segurança.

Esta NR se aplica às fases de geração, transmissão, distribuição e consumo, incluindo as etapas de projeto, construção, montagem, operação, manutenção das instalações elétricas e quaisquer trabalhos realizados nas suas proximidades, observando-se as normas técnicas oficiais estabelecidas pelos órgãos competentes e, na ausência ou omissão destas, as normas internacionais cabíveis.

De acordo com os itens 10.6.1 e 10.6.1.1, da referida NR, os trabalhadores de que atuam em serviços energizados ou potencialmente energizados, com tensão igual ou superior a 50 Volts em corrente alternada ou superior a 120 Volts em corrente contínua, devem receber treinamento de segurança para trabalhos com instalações elétricas energizadas, com currículo mínimo, carga horária e demais determinações estabelecidas no Anexo III da NR.

De acordo com os itens 10.7.1 e 10.7.2 os trabalhadores que intervenham em instalações elétricas energizadas com alta tensão, que exerçam suas atividades dentro dos limites estabelecidos como zonas controladas e de risco, conforme Anexo II devem receber treinamento de segurança, específico em segurança no Sistema Elétrico de Potência (SEP) e em suas proximidades, com currículo mínimo, carga horária e demais determinações estabelecidas no Anexo III da NR 10.

De acordo com o item 10.8.8.2 Deve ser realizado um treinamento de reciclagem bial e sempre que ocorrer alguma das situações a seguir:

- a) troca de função ou mudança de empresa;
- b) retorno de afastamento ao trabalho ou inatividade, por período superior a três meses;
- c) modificações significativas nas instalações elétricas ou troca de métodos, processos e organização do trabalho.

5.7 TREINAMENTO NR-11 – OPERADOR DE PÁ CARREGADEIRA

A empresa contratada deverá aplicar, no mínimo, dezesseis horas para duas turmas com máximo de dez participantes por turma. O instrutor deve ser técnico ou engenheiro de segurança do trabalho ter comprovadamente o curso de instrutor das máquinas a serem ministradas com tempo de pelo menos dois anos de experiência de instrução.

5.8 TREINAMENTO NR-11 – OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA

A empresa contratada deverá aplicar, no mínimo, dezesseis horas para duas turmas com máximo de dez participantes por turma. O instrutor deve ser técnico ou engenheiro de segurança do trabalho ter comprovadamente o curso de instrutor das máquinas a serem ministradas com tempo de pelo menos dois anos de experiência de instrução.

5.9 TREINAMENTO NR-12 – OPERADOR DE MOTOSSERRA, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

A empresa contratada deverá aplicar, no mínimo, carga horária oito horas para duas turmas com máximo de dez participantes por turma. O instrutor deve ser técnico ou engenheiro de segurança do trabalho ter comprovadamente o curso de instrutor de NR-12 e com tempo de



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta.

FONE (19) 3575-9000

pelo menos dois anos de experiência de instrução. Conforme o Anexo V da NR-12, é dever do empregador fornecer treinamento aos empregados operadores de Motosserras e similares: Os empregadores devem promover, a todos os operadores de motosserra e similares, treinamento para utilização segura da máquina, com carga horária mínima de oito horas e conforme conteúdo programático relativo à utilização constante no manual de instruções.

5.10 TREINAMENTO NR-18 – OPERADOR DE PEMT – PLATAFORMA ELEVATÓRIA MÓVEL DE TRABALHO

A empresa contratada deverá aplicar, no mínimo, carga horária de quatro horas em uma turma com máximo de oito participantes. O instrutor deve ser técnico ou engenheiro de segurança do trabalho ter o curso de instrutor de PEMT e com tempo de pelo menos dois anos de experiência de instrução. O item 18.12.37 define que, cabe ao operador, previamente capacitado pelo empregador, realizar a inspeção diária do local de trabalho onde será utilizada a PEMT.

5.11 TREINAMENTO NR-18 – INTEGRAÇÃO

A empresa contratada deverá aplicar, no mínimo, carga horária de seis horas, para quatro turmas com máximo vinte participantes por turma. O instrutor deve ser técnico ou engenheiro de segurança do trabalho.

Empregados atuantes em obras de construção civil devem ser capacitados de acordo com as NR's 01 e 18, conforme os itens: 1.7.1 O empregador deve promover capacitação e treinamento dos trabalhadores, em conformidade com o disposto nas NR's;

18.14.1 A capacitação dos trabalhadores da indústria da construção será feita de acordo com o disposto na NR-01 (Disposições Gerais);

18.14.2 A capacitação, quando envolver a operação de máquina ou equipamento, deve ser compatível com a máquina ou equipamento a ser utilizado.

5.12 TREINAMENTO NR-31 – OPERADOR DE TRATOR

A empresa contratada deverá aplicar, no mínimo, carga horária de vinte e quatro horas, duas turmas com máximo de dez participantes por turma. O instrutor deve ser técnico ou engenheiro de segurança do trabalho, o certificado deverá ser emitido por uma escola técnica do eixo tecnológico da saúde ou segurança ou agrícola.

Os empregados operadores Maquinas e Equipamentos com forma motriz própria, utilizadas para movimentação de materiais devem atender aos itens:

O item 31.12.66 da NR-31 indica que o empregador rural ou equiparado deve se responsabilizar pela capacitação dos trabalhadores visando ao manuseio e à operação segura de máquinas, equipamentos e implementos, de forma compatível com suas funções e atividades.

Já o item 31.14.3 da NR-31 indica que para operação dos equipamentos de transporte, com força motriz própria, o operador deve receber treinamento específico para realização da operação na área interna da propriedade.

5.13 TREINAMENTO NR-32 - TRABALHADORES DA ÁREA SAÚDE

A empresa contratada deverá aplicar, no mínimo, carga horária de quatro horas, doze turmas com máximo de quinze participantes por turma. O instrutor deve ser médico, enfermeiro ou fisioterapeuta, o instrutor pode ser também um engenheiro de segurança do trabalho ou técnico de segurança do trabalho que prove experiência em carteira de trabalho de 2 anos em área hospitalar. O certificado deve ser emitido por uma escola técnica do eixo tecnológico



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta.

FONE (19) 3575-9000

da área da Saúde ou segurança do trabalho. Esses treinamentos serão para todos os servidores que trabalham em ambiente hospitalar.

O item 32.2.4.9 da NR 32 define que o empregador deve assegurar capacitação aos trabalhadores, antes do início das atividades e de forma continuada, tornando obrigatória a capacitação dos empregados sobre Saúde e Segurança do trabalho, riscos biológicos, higiene hospitalar, prevenção de acidentes entre outros.

5.14 TREINAMENTO NR-33 – VIGIA E TRABALHADOR ESPAÇO CONFINADO

A empresa contratada deverá aplicar, no mínimo, carga horária de dezesseis horas, uma turma com máximo de quinze participantes. O instrutor pode ser engenheiro de segurança do trabalho ou técnico em segurança do trabalho. Esse treinamento é para servidores que trabalham em locais confinados conforme definido na NR-33, os empregados que atuam em ambientes considerados espaços confinados devem receber treinamento, conforme anexo II da NR-33; 33.6.2 Os supervisores de entrada, vigias, trabalhadores autorizados e equipe de emergência e salvamento devem receber capacitação inicial, periódica e eventual, com

QUADRO 1

Capacitação	Treinamento inicial (carga horária)	Treinamento periódico (carga horária/periodicidade)	Treinamento eventual
Supervisor de entrada	40 horas	8 horas/anual	Conforme previsto na NR-01 ou quando houver desvios na utilização de equipamentos ou nos procedimentos de entrada nos espaços confinados
Vigia e trabalhador autorizado	16 horas	8 horas/anual	Conforme previsto na NR-01 ou quando identificados desvios na operação de resgate ou nos simulados
Equipe de emergência e salvamento	Conforme plano de emergência, 24 horas ou 32 horas, observado o nível profissional do resgatista	Conforme plano de emergência, 24 horas ou 32 horas, observado o nível profissional do resgatista/bianual	

conteúdo, carga horária e periodicidade definidos no Quadro 1, abaixo:

TREINAMENTO NR-34 – TRABALHO A QUENTE

Este treinamento é destinado a servidores que fazem uso de lixadeiras, soldas, maçaricos, esmerilhadeiras, makitas e serras elétricas. Para trabalhadores envolvidos em atividades consideradas pelo item 34.5 da NR-34 como trabalhos à quente, deve ser aplicado treinamentos básicos de segurança e específico, conforme a atividade a ser executada.

De acordo com o item 34.3.4.1 o treinamento admissional deve ter carga horária mínima de seis horas, constando de informações sobre:

- os riscos inerentes à atividade;
- as condições e meio ambiente de trabalho;
- os Equipamentos de Proteção Coletiva - EPC existentes no estabelecimento;
- o uso adequado dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI.

O Anexo I da NR 34 traz as definições dos treinamentos e suas respectivas cargas horárias:

1. Curso básico para observador de Trabalhos a Quente - Carga horária mínima de oito horas.

4. Curso Básico de Segurança para Trabalhos a Quente - Carga horária mínima de oito horas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta.

FONE (19) 3575-9000

5.15 TREINAMENTO NR-35 – TRABALHO EM ALTURA

A empresa contratada deverá aplicar, no mínimo, carga horária de oito horas, para quatro turmas com máximo de doze participantes por turma. O instrutor pode ser engenheiro de segurança do trabalho ou técnico em segurança do trabalho.

Todas as atividades em altura somente poderão ser realizadas por trabalhador previamente capacitado e autorizado, conforme os itens 35.4.1; 35.4.1.1 e 35.4.4.2, tendo este treinamento carga horária de oito horas e validade de dois meses.

35.4.1 Todo trabalho em altura deve ser realizado por trabalhador formalmente autorizado pela organização.

35.4.1.1 Considera-se trabalhador autorizado para trabalho em altura aquele capacitado cujo estado de saúde foi avaliado, tendo sido considerado apto para executar suas atividades.

35.4.1.2 A autorização para trabalho em altura deve considerar:

- a) as atividades que serão desenvolvidas pelo trabalhador;
- b) a capacitação a que o trabalhador foi submetido; e
- c) a aptidão clínica para desempenhar as atividades.

5.16 TREINAMENTO NR-38: SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO NAS ATIVIDADES DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

A carga horária do treinamento inicial deve ser de oito horas, sendo quatro horas para o conteúdo teórico e de quatro horas para o conteúdo prático. O instrutor poderá ser engenheiro de segurança do trabalho ou técnico em segurança do trabalho.

Segundo o item 38.9.1 da Norma Regulamentadora 38, é obrigação do empregador fornecer treinamento para os empregados que realizam as atividades de coleta de resíduos e os riscos a que estão expostos.

Já o item 38.9.4, tratou que para o trabalhador que realiza atividade de coleta de resíduos, o conteúdo programático do treinamento deve incluir orientações sobre as situações nas quais os resíduos estejam acondicionados de forma que ofereçam risco à sua segurança ou saúde.

5.17 TREINAMENTO BRIGADA DE INCÊNDIO CONFORME IT 17 DO CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Com carga horária oito horas e para doze turmas com máximo de quinze participantes por turma. Para o conteúdo de combate e prevenção a incêndio o instrutor deve ser engenheiro de segurança do trabalho ou técnico em segurança do trabalho. O(s) instrutor(es) deve(m) ser comprovadamente (sob pena de desclassificação) devidamente aprovado(s) e credenciado(s) pela instituição da Polícia Militar do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo.

O Decreto nº 63.911/2018 define as obrigações do proprietário (ou empregador) em relação aos dispositivos obrigatórios para proteção e combate à incêndios:

Art. 15 - Nas edificações e áreas de risco, é de inteira responsabilidade do proprietário ou usuário, a qualquer título:

III - efetuar, periodicamente, treinamento com os ocupantes do local, bem como manter atualizada a equipe de brigadistas e os planos de emergência;

5.18 TREINAMENTO DE PRIMEIRO SOCORROS PARA OS PROFESSORES, AGENTE ESCOLAR E TODOS OS FUNCIONÁRIOS DAS ESCOLAS E CRECHES MUNICIPAIS.

Com carga horária de quatro horas para trinta turmas, com máximo de quinze participantes por turma. Para o conteúdo de primeiros socorros o instrutor deve ser engenheiro de segurança do trabalho ou técnico em segurança do trabalho ou médico ou enfermeiro. O(s) instrutor(es) deve(m) ser comprovadamente (sob pena de desclassificação) devidamente



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta.

FONE (19) 3575-9000

aprovado(s) e credenciado(s) pela instituição da Polícia Militar do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, conforme estabeleceu a Lei nº 13.722, de 4 de outubro de 2018, em seu:

Art. 1º Os estabelecimentos de ensino de educação básica da rede pública, por meio dos respectivos sistemas de ensino, e os estabelecimentos de ensino de educação básica e de recreação infantil da rede privada deverão capacitar professores e funcionários em noções de primeiros socorros.

5.19 ELABORAR PRONTUÁRIO DA NR-20 CRIANDO PROCEDIMENTOS E ORGANIZANDO OS DOCUMENTOS DA PREFEITURA

A NR-20 estabelece requisitos mínimos para a gestão da segurança e saúde no trabalho contra os fatores de risco de acidentes provenientes das atividades de extração, produção, armazenamento, transferência, manuseio e manipulação de inflamáveis e líquidos combustíveis. A empresa contratada deverá implantar, orientar, capacitar e organizar a documentação do setor de abastecimento conforme determina a NR-20, a contratada deverá montar procedimentos de trabalho.

É obrigação do empregador, manter disponível para órgãos fiscalizadores e a consulta dos empregados, o Prontuário de Instalações, conforme o item 20.6.1 da NR-20, que define que o Prontuário da instalação deve ser organizado, mantido e atualizado pelo empregador e constituído pela seguinte documentação:

- Projeto da Instalação;
- Plano de Inspeção e Manutenção;
- Análise de Riscos previstas no item 20.7.1;
- Plano de prevenção e controle de vazamentos, derramamentos, incêndios e explosões e identificação das fontes de emissões fugitivas;
- Plano de Resposta a Emergências.

ANEXO I da NR-20
Critérios para Capacitação dos Trabalhadores e Conteúdo Programático

Tabela 1 - Critérios para Capacitação

Atividade Classe	Instalação Classe I	Instalação Classe II	Instalação Classe III
Específica, pontual e de curta duração	Curso Básico (4 horas)	Curso Básico (6 horas)	Curso Básico (8 horas)
Manutenção e inspeção	Curso Intermediário (12 horas)	Curso Intermediário (14 horas)	Curso Intermediário (16 horas)
Operação e atendimento a emergências	Curso Intermediário (12 horas)	Curso Avançado I (20 horas)	Curso Avançado II (32 horas)
Segurança e saúde no trabalho	-	Curso Específico (14 horas)	Curso Específico (16 horas)

5.20 ELABORAR PLANO DE EMERGÊNCIA CONFORME IT 16 DO CORPO DE BOMBEIRO DO ESTADO DE SÃO PAULO PARA O PRONTO SOCORRO, UBS, CRECHES E ESCOLAS MUNICIPAIS

Realizar simulados de emergências pelo menos uma vez ao ano, com um total de oito edificações sendo um documento para cada edificação.

Os itens 6.2.1, 6.2.2 e 6.2.3 da Instrução Técnica (IT) nº 16 do CBMESP definem como obrigatório a elaboração do plano de Emergência, considerando os cenários de possíveis sinistros que possam ocorrer e as medidas a serem tomadas em situações de emergência.

6.2.1 O plano de emergência deve ser elaborado pelo responsável técnico.

6.2.2 O responsável pela elaboração do plano deve implementar a política de



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta.

FONE (19) 3575-9000

gerenciamento de riscos de incêndio, acidentes e demais emergências, recomendando-se a utilização de métodos consagrados tais como: “What if”, “Checklist”, HAZOP, Árvore de Falhas, Diagrama Lógico de Falhas.

6.2.3 O Plano de emergência contra incêndio deve contemplar, no mínimo, as informações detalhadas da edificação e os procedimentos básicos de emergência em caso de incêndio.

5.22. SERVIÇO DE ENFERMAGEM DO TRABALHO

A empresa contratada será responsável por agendar os exames, fazer as fichas de encaminhamento quando necessária, organizar arquivos físicos e digital, auxiliar o médico na triagem dos pacientes. Criar planilha para controlar o vencimento dos exames periódicos. Carga horária de trabalho de 40 horas semanais. A empresa contratada deverá ter local próprio aonde o enfermeiro fará toda a gestão dos exames a serem realizados, a contratada deve manter os documentos arquivados fisicamente e em nuvem para acesso do RH quando necessário. A contratada deverá apresentar um sistema, ou seja, uma plataforma para manter todos os documentos e através dessa plataforma fazer os envios para o e-social.

5.23 EXAMES LABORATORIAIS E MÉDICOS PARA A SAÚDE DO TRABALHADOR

Os Exames Clínicos como admissional, demissional, periódico, retorno ao trabalho serão realizados mediante alocação de profissional habilitado (Médico em Segurança do Trabalho) que deverá realizar suas funções em local próprio do Contratado neste município conforme cronograma de trabalho apresentado pelo Setor de Recursos Humanos do Município.

As Consultas Médicas (Perícias) serão realizadas mediante alocação de profissional habilitado (Médico em Segurança do Trabalho) que deverá realizar suas funções em local próprio do Contratado neste município, três vezes por semana no período sendo 04 horas diárias.

5.24. ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL

O PCMSO, tem como objetivo a promoção e preservação da saúde do conjunto dos/as trabalhadores/as, considerando os cargos ocupados, a tarefa executada, a exposição aos agentes nocivos, a idade, dentre outras variáveis.

5.24.1. O PCMSO deverá considerar as questões incidentes sobre o indivíduo e a coletividade de trabalhadores.

5.24.2. O PCMSO deverá ter caráter de prevenção, rastreamento e diagnóstico precoce dos agravos à saúde relacionados ao trabalho, inclusive de natureza sub clínica, além da constatação da exigência de casos de doenças profissionais ou danos irreversíveis à saúde dos trabalhadores.

5.24.3. O PCMSO deverá ser planejado e implantado com base nos riscos à saúde dos trabalhadores, especialmente os identificados nas avaliações previstas nas demais NR's.

5.24.4. O PCMSO deve incluir, entre outros, a realização obrigatória dos exames médicos: admissional, periódico, de retorno ao trabalho, de mudança de função e demissional.

5.24.5. Os exames de que trata o item 5.26.4, compreendem avaliação clínica, abrangendo anamnese ocupacional e exame físico e mental; exames complementares, realizados de acordo com os termos específicos da NR 07 do MTE e seus anexos.

5.24.6. Para cada exame médico realizado, previsto no item 5.26.4, o médico emitirá o Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, em (duas) vias.

5.24.7. Os dados obtidos nos exames médicos, incluindo avaliação clínica e exames complementares, as conclusões e as medidas aplicadas deverão ser registradas em prontuário clínico individual, que ficará sob a responsabilidade do médico-coordenador da PCMSO.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta.

FONE (19) 3575-9000

5.24.8. O PCMSO deverá obedecer a um planejamento em que estejam previstas as ações de saúde a serem executadas durante o ano, devendo estas ser objeto de relatório anual conforme constante na NR 07 do MTE.

5.24.9. O relatório anual deverá discriminar, por setores da empresa, o número e a natureza dos TERMO DE REFERÊNCIA Prestação de Serviços de Segurança e Saúde do Trabalho exames médicos, incluindo avaliações clínicas e exames complementares, estatísticas de resultados considerados anormais, assim como o planejamento para o próximo ano.

5.24.10. O relatório anual do PCMSO deverá ser disponibilizado ao contratante pela contratada em forma de arquivo informatizado e impresso.

5.25. A ELABORAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES DO AMBIENTE DO TRABALHO

O LTCAT visa o controle da insalubridade/periculosidade através do levantamento dos riscos ambientais e no local do trabalho. O laudo técnico deverá conter, no mínimo, os seguintes itens:

5.25.1. Critério adotado: mencionar a legislação ou a norma em que baseou para a elaboração do laudo técnico (critério qualitativo e quantitativo).

5.25.2. Descrição das atividades e condições de exposição, descrevendo detalhadamente as atividades realizadas pelos Servidores, o ambiente de trabalho e as máquinas/equipamentos utilizados.

5.25.3. Identificação e avaliação qualitativa e quantitativa dos riscos químicos, físicos e biológicos.

5.25.4. Medição de ruído com laudo impresso em todos os equipamentos e nos diversos ambientes de trabalho. O laudo deverá ser anexado no relatório do LTCAT.

5.25.5. Medição de luminosidade com laudo impresso em todos os ambientes de trabalho com iluminação abaixo do recomendado. O laudo deverá ser anexado no relatório do LTCAT.

5.25.6. Medição dos agentes nocivos identificados, utilizando equipamentos adequados e calibrados.

5.25.7. Avaliação de atividades e operações insalubres – NR15, atribuindo insalubridade, se houver, e o respectivo percentual de pagamento.

5.25.8. Avaliação de atividades e operações perigosas – NR 16, atribuindo periculosidade, se houver, e o respectivo percentual de pagamento.

5.25.9. Laudo assinado por médico especialista em medicina do trabalho pela empresa contratada e/ou engenheiro de segurança do trabalho.

5.25.10. Montagem, estruturação e impressão de relatório com validade para 12 meses.

5.26. LAUDO DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE

5.26.1 - Elaboração de Documento que avalia se os/as trabalhadores/as do Município de Itirapina que trabalham expostos a agentes físicos, químicos ou biológicos que são capazes de causar algum dano à sua saúde, considerando os limites máximos de tolerância estabelecidos pela legislação vigente;

5.27. REVISÃO E ELABORAÇÃO DO PGR – PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

5.27.1. A partir do documento existente (se existente) e notadamente do diagnóstico da realidade, executar a elaboração de novo PGR, realizando a integração entre os Laudos de Periculosidade e Insalubridade, o PGR e o PCMSO, para todos os locais de prestação de serviços dos servidores e estagiários, e qualquer outro local em que o Município designe servidores e ou estagiários para o exercício de suas funções no período de vigência do contrato.

5.27.2. A CONTRATADA deverá rever, sempre a pedido do Município, face a alterações que possam ocorrer nos locais de trabalho no período de execução do contrato, os riscos ambientais a que os funcionários e estagiários estão submetidos, sem acréscimo aos valores inicialmente ofertados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta.

FONE (19) 3575-9000

5.27.3. Atender às normas vigentes e fornecer as informações de forma detalhada necessárias à realização e consecução dos seus objetivos. Sem prejuízo das demais exigências legais e normativas, será obrigatória a observação dos agentes por setor, quantificando, quando possível e/ou qualificando os riscos físicos, químicos, biológicos e de acidentes, com uso de equipamentos adequados, utilizando, no mínimo, dosímetro, decibelímetro, termômetro e luxímetro.

5.27.4. Especificar os materiais, métodos e equipamentos utilizados para sua elaboração no PGR.

5.27.5. Apresentar os laudos de calibração dos equipamentos de medição utilizados.

5.27.6. Propor soluções a fim de eliminar ou atenuar os riscos, apresentando se for o caso, a pedido do Município, de forma detalhada, as medidas a serem tomadas, cumprindo totalmente as exigências da Norma Regulamentadora nº 9 do Ministério do Trabalho.

5.27.7. A CONTRATADA deverá apresentar o PGR em até 30 (trinta) dias do vencimento do PGR vigente, ou quando se fizer necessária atualização, conforme solicitação da do município

5.28. ACOMPANHAMENTO DE PERÍCIAS JUDICIAIS

5.28.1. A empresa CONTRATADA deverá fornecer assistente técnico para acompanhamento das perícias judiciais a serem indicadas pela Procuradoria Municipal da Prefeitura de Itirapina

5.28.2. A CONTRATADA deverá elaborar os quesitos técnicos para o dia da perícia;

5.28.3. Após a finalização da perícia, com a elaboração do Laudo Judicial, a CONTRADADA deverá analisar o laudo e fazer as contestações técnicas.

5.29. - DO QUANTITATIVO ESTIMADO DE PESSOAL:

5.29.1. Atualmente a Prefeitura Municipal de Itirapina possui em seu quadro aproximadamente 1.000 (mil) servidores.

5.30. DO PRAZO DE ENTREGA E EXECUÇÃO

5.30.1. Os prazos de entrega dos “Treinamentos” deverão obedecer àquela quantidade de horas e participantes constantes nas Ordens de Serviços individuais, por tipo de treinamento, e serão considerados como “entregues” após os recebimentos dos certificados devidamente especificados para cada caso.

5.30.2. Os prazos de entrega dos exames serão aqueles que não poderão prejudicar o objetivo principal de se fazer determinado exame médico ou ambulatorial. Ocorrendo qualquer prejuízo com relação a entrega dos resultados, não será reconhecido como entregue e não serão pagos, sob risco de penalização conforme este Edital e a legislação vigente.

5.30.3. e os exames médicos e consultas indicadas pelo PCMSO deverão ser agendadas e executadas durante o período de vigência do contrato.

5.30.4. Demais serviços relacionados neste TR deverão ser iniciados por demanda ou ordem de serviço específica.

5.30.5. A cada mês de execução, previamente ao faturamento e emissão de Nota Fiscal, a empresa Contratada deverá apresentar ao Setor de Segurança do Trabalho uma planilha analítica dos serviços prestados no mês, com preço unitário e total para cada tipo de serviço realizado.

5.31. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

5.31.1. Apresentar os aparelhos médicos de aferição devidamente calibradas, como por exemplo: eletrocardiograma, eletroencefalograma, audiômetro, entre outros. Assim como, os



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta.

FONE (19) 3575-9000

aparelhos de SST: medidor de estresse térmico (medição de calor), dosímetro (ruído), bomba de amostragem para avaliação química, medidor de vibração ocupacional.

5.31.2. Apresentar comprovante de possuir local próprio e licenciado no Município, no prazo limite de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.

5.31.3. Será a principal responsável solidária por eventual fiscalização dos órgãos trabalhistas e de saúde e segurança do trabalhador e derivadas consequentes penalidades a que poderá incorrer na vigência do contrato, ou ainda, se gerada infração com data base na vigência do contrato. Sendo respeitados os itens e serviços aqui licitados.

5.32. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

5.32.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

5.32.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.32.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.32.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(s) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput);

5.33. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

5.33.1. Os produtos/serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, após a execução dos mesmos, momento pelo qual o(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, verificará a conformidade da execução constante no Edital e no

Termo de Referência.

5.33.2. Os produtos/serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser refeitos imediatamente após a notificação à contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.33.3. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

5.33.4. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

5.33.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do produto nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

5.33.6. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, após o recebimento provisório e definitivo, se for o caso, ocorrerá a liquidação da despesa, nos termos da legislação vigente.

5.33.7. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

5.33.8. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta.

FONE (19) 3575-9000

acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

Prazo de pagamento

5.33.9. O pagamento será efetuado mensalmente no prazo de até 10 (dez) dias contados da finalização da liquidação da despesa.

5.33.10. A cada mês de execução, previamente ao faturamento e emissão de Nota Fiscal, a empresa Contratada deverá apresentar ao Departamento de Pessoal uma planilha analítica dos serviços prestados no mês, com preço unitário e total para cada tipo de serviço realizado.

5.33.11. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária, incidentes e proporcionais aos dias de atraso.

Forma de pagamento

5.33.12. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.33.13. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.33.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.34. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

5.34.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL, levando-se em consideração as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital.

Exigências de habilitação

5.34.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar o atendimento dos requisitos previstos no edital de licitação e apresentar a Certidão de Registro de Pessoa Jurídica e do Profissional com a regularidade junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, dentro de seu prazo de validade e com jurisdição na sua sede. Em se tratando de empresa não registrada no CREA, deverá apresentar o registro do CREA do Estado de origem, porém, se for vencedora da licitação, fica obrigada a apresentar o visto do CREA de São Paulo antes da assinatura do contrato.

5.34.3. Para a assinatura do contrato deverá apresentar os seguintes documentos:

5.34.4. Registro do profissional responsável (Médico do Trabalho) pela empresa, no CRM (Registro Regional de Medicina), em plena validade.

5.34.5. Médico especializado em Medicina do Trabalho.

5.34.6. Comprovante de Registro da empresa junto ao CRM – Conselho Regional de Medicina, na qual conste o profissional de nível superior legalmente habilitado (Médico do Trabalho) CRM, em plena validade.

f) Engenheiro vinculado ao licitante vencedor;

g) Empresa que emita certificação de Treinamentos com Escola de Ensino;

h) Profissional habilitado e credenciado com registro de todos os treinamentos aqui licitados devidamente aprovados pela Polícia Militar do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo;

i) Relação dos Profissionais de atendimento devidamente registrados em órgãos oficiais, tais como: 01 enfermeiro/a (Coren), 01 médico/a (Crm), 01 fisioterapeuta (crefito), 01 psicólogo/a (crp), 01 fonoaudiólogo/a (crf), 01 engenheiro/a (crea); Instrutores certificados



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta.

FONE (19) 3575-9000

por instituto devidamente registrado como Escola Técnica de Ensino.

j) Apresentar comprovante de possuir local próprio e licenciado no Município, no prazo limite de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.

5.35. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

5.35.1. O valor aceito para contratação deverá estar compatível como valor de mercado, estabelecido através de pesquisa de preços e expresso no mapa comparativo de preços.

5.35.2. Será considerada vencedora a proposta de MENOR PREÇO GLOBAL, desde que a empresa ofertante comprove sua regularidade com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, e tenha como cumprir os prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

5.35.3. O valor global estimado da contratação é de R\$ 344.000,00 (trezentos e quarenta e quatro mil reais)

5.36. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.36.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à custa da Secretaria Municipal de Administração

Função Programática: 04.122.9003.2.103
Ficha: 18
Fonte: 01
Código de Aplicação: 1100000
Categoria Econômica: 339039

5.37. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

11.1. Será designado como gestor do contrato o **Senhor Flávio Siqueira Fagundes**, portador do CPF nº 214.815.928-31.

11.2. Será designada como fiscal do contrato a **Sra. Natalia A. Dietrich Canovas Ferreira**, portadora do CPF nº 416.689.888-44.

Responsáveis pela elaboração do Termo de Referência	
Nome: NATALIA A. DIETRICH CANOVAS FERREIRA	
Departamento: Setor de Qualidade de Vida	



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta.

FONE (19) 3575-9000

ANEXO II - MODELO DA PROPOSTA

(Papel timbrado da empresa)

RAZÃO SOCIAL:

INSCRIÇÃO MUNICIPAL E/OU ESTADUAL:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

CIDADE:

TELEFONE:

CEP:

ESTADO:

FONE/FAX:

CNPJ:

E-MAIL:

RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO/ATA:

EMAIL:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE.	MARCA	Preço Unit.	Valor Total R\$
01						
02						
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)

Valor total dos itens R\$ _____, _____ (_____)

() Optante pelo Simples Nacional

() Não Optante pelo Simples Nacional

DECLARO, que o(s) item(s) ofertado(s) está(ã) em conformidade com as especificações contidas no Termo de Referência do Objeto deste Edital.

DECLARO, ainda, que nos preços estão inclusos todos os custos diretos e indiretos indispensáveis à perfeita execução do objeto deste Edital, assim como abrange todos os custos com materiais e serviços necessários à entrega do(s) item(ns) em perfeitas condições de uso, eventual substituição de unidades defeituosas e/ou entrega de itens faltantes.

Essa proposta tem validade de 120 (cento e vinte) dias.

_____, _____ de _____ de 2025.

Representante legal
(Nome e Assinatura)



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta.

FONE (19) 3575-9000

ANEXO III

MODELOS DE DECLARAÇÕES

ANEXO III.1

REGULARIDADE PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO

(Em papel timbrado da licitante)

Nome

completo: _____ CPF:nº: _____

_____, **DECLARO**, sob as penas da Lei, que o licitante

_____ (nome empresarial), interessado em participar do Pregão

Eletrônico nº ____/____, Processo nº **2707/2024**:

a) está em situação regular perante o Ministério do Trabalho e Emprego no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal, na forma do Decreto Estadual nº 42.911/1998;

b) não se enquadra em nenhuma das vedações de participação na licitação do item 2.2 deste Edital;

c) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta.

FONE (19) 3575-9000

ANEXO III. 2.

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO

(Em papel timbrado da licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, representante legal do licitante _____ (nome empresarial), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, **DECLARO**, sob as penas da Lei, especialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- c) o licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto;
- e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e
- f) o representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

DECLARO, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013, tais como:

- I – Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- II – Comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;
- III – Comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
- IV – No tocante a licitações e contratos:
 - a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta.

FONE (19) 3575-9000

- b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
 - c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
 - d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
 - e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
 - f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
 - g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;
- V – Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta.

FONE (19) 3575-9000

ANEXO III. 3.

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(Em papel timbrado da licitante)

**ATENÇÃO: ESTA DECLARAÇÃO DEVE SER APRESENTADA APENAS POR
LICITANTES QUE SEJAM ME/EPP NOS TERMOS DO EDITAL.**

Eu, _____, portador do CPF nº _____,
representante legal do licitante _____ (nome empresarial),
interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____,
DECLARO, sob as penas da Lei, o seu enquadramento na condição de Microempresa ou
Empresa de Pequeno Porte, nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal
nº 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta.

FONE (19) 3575-9000

ANEXO III. 4.

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO COOPERATIVA QUE PREENCHA AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO ART. 34, DA LEI FEDERAL Nº 11.488/2007

(Em papel timbrado da licitante)

**ATENÇÃO: ESTA DECLARAÇÃO DEVE SER APRESENTADA APENAS POR
LICITANTES QUE SEJAM ME/EPP NOS TERMOS DO EDITAL.**

Eu, _____, portador do CPF nº _____,
representante legal do licitante _____ (nome empresarial),
interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____,
DECLARO, sob as penas da Lei, que:

- a) O Estatuto Social da cooperativa encontra-se adequado à Lei Federal nº 12.690/2012;
- b) A cooperativa aufera Receita Bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, a ser comprovado mediante Demonstração do Resultado do Exercício ou documento equivalente;

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta.

FONE (19) 3575-9000

ANEXO V

DADOS CONTRATUAIS

DADOS DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO

Nome:
Profissão/ Cargo:
Estado Civil:
Naturalidade:
RG nº
CPF nº
Data de Nascimento:
Endereço Residencial:
E-mail Institucional:
E-mail Pessoal:
Telefone:

(Caso não seja o sócio ou proprietário que irá assinar a ata de registro deverá anexar também a procuração)

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta.

FONE (19) 3575-9000

ANEXO VI –

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO Nº 0XX/2025

.Processo Prefeitura Municipal de Itirapina n.º 2707/2024

Pregão Eletrônico nº xx/2025

O **MUNICÍPIO DE ITIRAPINA**, pessoa jurídica de direito público interno, sediado na Prefeitura Municipal de Itirapina, sita à Avenida 01, nº 106, centro, Município de Itirapina, Estado de São Paulo, na qualidade de órgão gerenciador, neste ato representado pela Prefeita Municipal, a **Prof.ª MARIA DA GRAÇA ZUCCHI MORAES**, brasileira, casada, professora, portadora do RG nº 5.541.219-1 e CPF nº 553.097.808-82, domiciliada à Rua 06, nº 389, Centro, Município de Itirapina, Estado de São Paulo, CEP 13530-000, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa _____ sito à _____, nº _____, Bairro _____, município de _____, Estado de _____, CEP _____, telefones _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, Inscrição Estadual _____, neste ato representado por _____, (qualificação completa), residente e domiciliado à _____, nº _____, Bairro _____, município de _____, Estado de _____, CEP _____, telefones _____, doravante denominada **CONTRATADA**, ambos acordam proceder, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, com alteração introduzida; Decreto Municipal nº 3.711, de 12 de abril de 2021 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie e ao Edital do **Pregão Eletrônico nº 0XX/2025**, parte integrante do presente instrumento, conforme descrição do objeto e proposta de preço, constantes nos anexos que acompanham o edital, mediante condições e cláusulas a seguir estabelecidas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços em medicina do trabalho, objetivando a implantação plena do SESMT- Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho para o município de Itirapina/SP.

1.2. Deverão ser respeitadas todas as especificações técnicas e as demais condições de fornecimento contidas no Termo de Referência que figurou como **Anexo I** do Edital que precedeu esta Ata e que dela fica fazendo parte integrante.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados da assinatura do contrato na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado mediante a celebração de Termo Aditivo nas hipóteses previstas no artigo 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante justificativa prévia e por escrito nos autos do processo administrativo.

2.2. Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses. Em caso de haver prorrogação do prazo inicialmente pactuado, após decorridos 12 (doze) meses da contratação, os preços poderão ser reajustados com base no índice IPCA/IBGE do período, ou em caso de sua extinção, pelo seu substituto legal, mediante prévia autorização.

3. CLAUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS

3.1. O valor total da contratação perfaz o montante de R\$ _____ (_____).



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta.

FONE (19) 3575-9000

3.2. Os valores da contratação são vinculados à proposta comercial vencedora do certame na modalidade pregão.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Cumprir todas as exigências, do edital licitatório e seus anexos, cujos documentos passarão a integrar o futuro contrato, para todos os efeitos de direito, como se nele transcritos fossem;

4.2. Responder pelos encargos tributários incidentes sobre a prestação dos serviços objeto da licitação, bem como todas as despesas de locomoção própria ou dos seus funcionários;

4.3. Responsabilizar-se pelos encargos e obrigações trabalhistas dos seus funcionários, não cabendo à Prefeitura Municipal qualquer pagamento a este título;

4.4. Manter, durante toda a execução do futuro contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta licitação;

4.5. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

4.6. Apresentar os aparelhos médicos de aferição devidamente calibradas, como por exemplo: eletrocardiograma, eletroencefalograma, audiômetro, entre outros. Assim como, os aparelhos de SST: medidor de estresse térmico (medição de calor), dosímetro (ruído), bomba de amostragem para avaliação química, medidor de vibração ocupacional.

4.7. Apresentar comprovante de possuir local próprio e licenciado no Município, no prazo limite de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.

4.8. Será a principal responsável solidária por eventual fiscalização dos órgãos trabalhistas e de saúde e segurança do trabalhador e derivadas consequentes penalidades a que poderá incorrer na vigência do contrato, ou ainda, se gerada infração com data base na vigência do contrato. Sendo respeitados os itens e serviços aqui licitados.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

5.1. GINÁSTICA LABORAL

A Ginástica Laboral, atualmente denominada como "Atividade Física Laboral", consiste em uma série de exercícios físicos de curta duração, realizados no próprio ambiente de trabalho, durante a jornada laboral. Seu objetivo principal é prevenir e minimizar os problemas de saúde relacionados ao trabalho, tais como dores musculares, lesões por esforços repetitivos (LER), e outras condições ergonômicas. A implementação da Ginástica Laboral em seu ambiente de trabalho trará inúmeros benefícios para sua empresa, tais como: Prevenção de Lesões e Doenças Ocupacionais: A prática regular de exercícios físicos específicos contribui para reduzir o risco de lesões musculoesqueléticas, como LER/DORT, tão comuns em ambientes de trabalho que demandam esforço físico repetitivo. Melhoria da Qualidade de Vida no Trabalho: A Ginástica Laboral promove o alívio do estresse, a melhoria da postura e a redução das tensões musculares, proporcionando maior conforto e bem-estar aos



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta.

FONE (19) 3575-9000

colaboradores durante sua jornada de trabalho. Aumento da Produtividade: Colaboradores saudáveis e motivados tendem a ser mais produtivos, engajados e comprometidos com suas tarefas, resultando em um ambiente de trabalho mais eficiente e produtivo. Atendimento às Exigências Legais: A implementação da Ginástica Laboral está alinhada com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, especialmente a NR 17 – Ergonomia, que estabelece a obrigatoriedade de adaptação das condições de trabalho às características dos trabalhadores, visando à promoção da saúde e da qualidade de vida no trabalho. Normas Regulamentadoras: Conforme as Normas Regulamentadoras (NR's) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), destacamos a NR 17 – Ergonomia. Esta norma estabelece parâmetros que visam garantir a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos colaboradores, proporcionando o máximo de conforto, segurança e desempenho eficiente. A NR 17 ressalta a importância da ginástica laboral como uma das medidas preventivas para minimizar os riscos ergonômicos e promover a saúde ocupacional. Legislação Pertinente: Além das normativas específicas, a implementação da Ginástica Laboral encontra respaldo legal na Lei nº 6.514/1977, em seu Art. 157, que versa sobre a obrigatoriedade da empresa em adotar medidas de prevenção de acidentes e doenças ocupacionais.

5.2. NR 01 – ORDEM DE SERVIÇOS: ELABORAÇÃO E TREINAMENTO A TODOS SERVIDORES

O objetivo da ordem de serviço NR 1 é diminuir os riscos de acidentes e doenças ocupacionais através da divulgação de informações importantes ao trabalhador, para que ele conheça os riscos de sua função e entenda o que é preciso fazer para evitá-los. Sendo assim, ao assinar a ordem de serviço nr 1, tanto empregado como empregador se comprometem a seguir as normas estipuladas.

São outros objetivos da ordem de serviço NR 1: Elucidação das obrigações e proibições direcionadas ao trabalhador; Conhecimento das penalidades envolvidas no não cumprimento da ordem de serviço; Indicação dos procedimentos adotados em casos de acidente do trabalho e doenças ocupacionais; Definição de medidas para eliminar ou neutralizar a insalubridade e as condições inseguras de trabalho.

A empresa contratada deverá executar a elaboração e entrega das Ordens de Serviço de acordo com a NR 01 – Disposições Gerais e NR06, individual por servidor, devendo conter informações de EPI's. Ordem de serviço de segurança e saúde no trabalho: instruções por escrito quanto às precauções para evitar acidentes do trabalho ou doenças ocupacionais, tendo em vista o cumprimento da obrigação legal prevista na CLT e na NR01. "II – instruir os empregados, por meio de ordens de serviço, quanto às precauções a tomar no sentido de evitar acidentes de trabalho ou doenças ocupacionais (Incluído pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977)". Portanto, sua adoção se torna uma obrigação;

5.3. GESTÃO DO MÓDULO SST (SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO) NO E-SOCIAL – [EVENTOS 2210, 2220, 2221 e 2240](#)

Envio dos eventos de SST para a Plataforma do e-Social:

d) Envio do evento 2210 CAT Comunicação de Acidente de Trabalho, esse envio deve ser solicitado pelo Setor de Recursos Humanos da Prefeitura, sempre que houver um acidente de trabalho, o prazo para o envio é de 24 (vinte e quatro) horas após entrada no



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta.

FONE (19) 3575-9000

hospital ou pronto socorro e ser aberto a RAT.

e) Envio do evento 2220 Monitoramento da Saúde do Trabalhador – neste evento serão enviados mensalmente, os ASO's conforme o PCMSO solicitado.

f) Envio do evento 2240 Condições Ambientais do trabalho – Agentes Nocivos, neste evento serão enviadas as informações da exposição do trabalhador aos agentes nocivos conforme “tabela 24 Agentes Nocivos e Atividades – Aposentadoria Especial”, do e-Social, e identificados os agentes nocivos aos quais o trabalhador está exposto. Deve também ser declarada a existência de EPC (Equipamento de Proteção Coletiva) instalados, e bem como os EPIs (Equipamento de Proteção Individual) disponibilizados.

5.4. NR-05: FORMAÇÃO DA CIPA – COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO A ACIDENTES

A empresa contratada deverá coordenar todo o processo eleitoral da CIPA e realizar Treinamento de ao menos uma turma de NR-05 com carga horaria 20 horas.

A CIPA Tem como objetivo observar e relatar condições de riscos nos ambientes de trabalho e solicitar medidas para reduzir e até eliminar os riscos existentes e/ou neutralizá-los, discutir os acidentes ocorridos e doenças decorrentes do trabalho, solicitar medidas de prevenção e orientar os demais colaboradores quanto à prevenção de acidentes, de modo a tomar compatível permanentemente o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador;

As ações quanto a CIPA deve contemplar no mínimo os seguintes serviços:

e) Assessorar, acompanhar e implantar a realização das eleições e nomeação dos representantes eleitos e representantes indicados pelo órgão, mantendo-a em pleno funcionamento;

f) Estabelecer cronograma de implantação da CIPA, avaliando o prazo estabelecido na legislação vigente quanto a CIPA que está em vigor, contendo todos os documentos legais por etapas necessárias;

g) Promover do treinamento obrigatório para todos os membros da CIPA e representantes, sendo este, ministrado por técnicos habilitados, nos termos do item 5.33 da Norma Regulamentadora nº 5, antes de sua posse (curso para cipeiros), emitindo certificados por uma escola técnica com eixo tecnológico na área da saúde ou segurança do trabalho: Assinado por um engenheiro ou técnico em segurança do trabalho e um profissional da saúde com formação de nível superior.

h) Orientação aos membros da CIPA e representantes, quanto à elaboração dos Mapas de Risco, de acordo com os normativos previstos na NR-05, contendo as identificações dos locais e dimensão do grau de cada risco (grande, médio, pequeno);

k) Assessorar e acompanhar a CIPA na realização da SIPAT – Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho, que será promovida anualmente, auxiliando na identificação das necessidades relacionadas à saúde e segurança do trabalho;

l) É de responsabilidade da CONTRATADA, colaborar e auxiliar na constituição da Comissão Eleitoral para coordenar toda fase de convocação através do edital, inscrição, divulgação, eleição e posse da diretoria da CIPA – GESTÃO 2025/2026 e sucessivamente;

m) A Contratada deverá fornecer toda logística para Comissão Eleitoral das CIPA 2025/2026 confeccionar as cédulas eleitorais, listas de presença, lista de inscrições e formulários de recibo de inscrições;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta.

FONE (19) 3575-9000

- n) A Contratada deverá elaborar relatórios circunstanciados desde a formação da Comissão Eleitoral, Eleição e Posse dos eleitos pelos servidores e membros indicados pela Administração Municipal;
- o) A Contratada ministrará o curso de Cipeiro com carga horária de 20 horas, para no mínimo 18 (dezoito) servidores, sendo ministrados durante o expediente por profissional na área de Engenharia e Segurança do Trabalho ou Técnico em Segurança do Trabalho e o certificado deverá ser emitido por uma escola técnica do eixo tecnológico da saúde ou segurança.

5.5. TREINAMENTO DA NR-06 – EPIS

Trata-se do uso correto de EPI, treinamento com carga horária duas horas para cinco turmas com vinte participantes, no máximo, por turma. O instrutor deverá ter formação de técnico em segurança do trabalho e ou engenheiro de segurança do trabalho.

A empresa contratada deverá realizar treinamento acerca do EPI a ser fornecido, quando as características do EPI requeiram, observada a atividade realizada e as exigências estabelecidas em normas regulamentadoras e nos dispositivos legais.

5.6. TREINAMENTO DA NR-10 – SERVIÇOS ENERGIZADOS

A empresa contratada deverá aplicar carga horária de 40 horas para duas turmas com vinte participantes, no máximo, por turma. Para os conteúdos de riscos envolvendo eletricidade o instrutor deve ter formação e engenharia elétrica e especialização em segurança do trabalho e ser devidamente registrado no CREA. Para o conteúdo de Primeiros socorros o instrutor deve ter formação de nível superior na área da saúde como por exemplo: enfermeiro, médico, fisioterapeuta, educador físico. Para o conteúdo de combate a incêndio o instrutor deve ser Técnico em Segurança do Trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho ou bombeiro militar. e o certificado deverá ser emitido por uma escola técnica do eixo tecnológico da saúde ou segurança.

Esta NR se aplica às fases de geração, transmissão, distribuição e consumo, incluindo as etapas de projeto, construção, montagem, operação, manutenção das instalações elétricas e quaisquer trabalhos realizados nas suas proximidades, observando-se as normas técnicas oficiais estabelecidas pelos órgãos competentes e, na ausência ou omissão destas, as normas internacionais cabíveis.

De acordo com os itens 10.6.1 e 10.6.1.1, da referida NR, os trabalhadores de que atuam em serviços energizados ou potencialmente energizados, com tensão igual ou superior a 50 Volts em corrente alternada ou superior a 120 Volts em corrente contínua, devem receber treinamento de segurança para trabalhos com instalações elétricas energizadas, com currículo mínimo, carga horária e demais determinações estabelecidas no Anexo III da NR. De acordo com os itens 10.7.1 e 10.7.2 os trabalhadores que intervenham em instalações elétricas energizadas com alta tensão, que exerçam suas atividades dentro dos limites estabelecidos como zonas controladas e de risco, conforme Anexo II devem receber treinamento de segurança, específico em segurança no Sistema Elétrico de Potência (SEP) e em suas proximidades, com currículo mínimo, carga horária e demais determinações estabelecidas no Anexo III da NR 10.

De acordo com o item 10.8.8.2 Deve ser realizado um treinamento de reciclagem bial e sempre que ocorrer alguma das situações a seguir:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta.

FONE (19) 3575-9000

- d) troca de função ou mudança de empresa;
- e) retorno de afastamento ao trabalho ou inatividade, por período superior a três meses;
- f) modificações significativas nas instalações elétricas ou troca de métodos, processos e organização do trabalho.

5.7. TREINAMENTO NR-11 – OPERADOR DE PÁ CARREGADEIRA

A empresa contratada deverá aplicar, no mínimo, dezesseis horas para duas turmas com máximo de dez participantes por turma. O instrutor deve ser técnico ou engenheiro de segurança do trabalho ter comprovadamente o curso de instrutor das máquinas a serem ministradas com tempo de pelo menos dois anos de experiência de instrução.

5.8. TREINAMENTO NR-11 – OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA

A empresa contratada deverá aplicar, no mínimo, dezesseis horas para duas turmas com máximo de dez participantes por turma. O instrutor deve ser técnico ou engenheiro de segurança do trabalho ter comprovadamente o curso de instrutor das máquinas a serem ministradas com tempo de pelo menos dois anos de experiência de instrução.

5.9. TREINAMENTO NR-12 – OPERADOR DE MOTOSSERRA, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

A empresa contratada deverá aplicar, no mínimo, carga horária oito horas para duas turmas com máximo de dez participantes por turma. O instrutor deve ser técnico ou engenheiro de segurança do trabalho ter comprovadamente o curso de instrutor de NR-12 e com tempo de pelo menos dois anos de experiência de instrução. Conforme o Anexo V da NR-12, é dever do empregador fornecer treinamento aos empregados operadores de Motosserras e similares: Os empregadores devem promover, a todos os operadores de motosserra e similares, treinamento para utilização segura da máquina, com carga horária mínima de oito horas e conforme conteúdo programático relativo à utilização constante no manual de instruções.

5.10. TREINAMENTO NR-18 – OPERADOR DE PEMT – PLATAFORMA ELEVATÓRIA MÓVEL DE TRABALHO

A empresa contratada deverá aplicar, no mínimo, carga horária de quatro horas em uma turma com máximo de oito participantes. O instrutor deve ser técnico ou engenheiro de segurança do trabalho ter o curso de instrutor de PEMT e com tempo de pelo menos dois anos de experiência de instrução. O item 18.12.37 define que, cabe ao operador, previamente capacitado pelo empregador, realizar a inspeção diária do local de trabalho onde será utilizada a PEMT.

5.11. TREINAMENTO NR-18 – INTEGRAÇÃO

A empresa contratada deverá aplicar, no mínimo, carga horária de seis horas, para quatro turmas com máximo vinte participantes por turma. O instrutor deve ser técnico ou engenheiro de segurança do trabalho.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta.

FONE (19) 3575-9000

Empregados atuantes em obras de construção civil devem ser capacitados de acordo com as NR's 01 e 18, conforme os itens: 1.7.1 O empregador deve promover capacitação e treinamento dos trabalhadores, em conformidade com o disposto nas NR's;

18.14.3 A capacitação dos trabalhadores da indústria da construção será feita de acordo com o disposto na NR-01 (Disposições Gerais);

18.14.4 A capacitação, quando envolver a operação de máquina ou equipamento, deve ser compatível com a máquina ou equipamento a ser utilizado.

5.12. TREINAMENTO NR-31 – OPERADOR DE TRATOR

A empresa contratada deverá aplicar, no mínimo, carga horária de vinte e quatro horas, duas turmas com máximo de dez participantes por turma. O instrutor deve ser técnico ou engenheiro de segurança do trabalho, o certificado deverá ser emitido por uma escola técnica do eixo tecnológico da saúde ou segurança ou agrícola.

Os empregados operadores Maquinas e Equipamentos com forma motriz própria, utilizadas para movimentação de materiais devem atender aos itens:

O item 31.12.66 da NR-31 indica que o empregador rural ou equiparado deve se responsabilizar pela capacitação dos trabalhadores visando ao manuseio e à operação segura de máquinas, equipamentos e implementos, de forma compatível com suas funções e atividades.

Já o item 31.14.3 da NR-31 indica que para operação dos equipamentos de transporte, com força motriz própria, o operador deve receber treinamento específico para realização da operação na área interna da propriedade.

5.13. TREINAMENTO NR-32 - TRABALHADORES DA ÁREA SAÚDE

A empresa contratada deverá aplicar, no mínimo, carga horária de quatro horas, doze turmas com no máximo de quinze participantes por turma. O instrutor deve ser médico, enfermeiro ou fisioterapeuta, o instrutor pode ser também um engenheiro de segurança do trabalho ou técnico de segurança do trabalho que prove experiência em carteira de trabalho de 2 anos em área hospitalar. O certificado deve ser emitido por uma escola técnica do eixo tecnológico da área da Saúde ou segurança do trabalho. Esses treinamentos são para todos os servidores que trabalham em ambiente hospitalar.

O item 32.2.4.9 da NR 32 define que o empregador deve assegurar capacitação aos trabalhadores, antes do início das atividades e de forma continuada, tornando obrigatória a capacitação dos empregados sobre Saúde e Segurança do trabalho, riscos biológicos, higiene hospitalar, prevenção de acidentes entre outros.

5.14. TREINAMENTO NR-33 – VIGIA E TRABALHADOR ESPAÇO CONFINADO

A empresa contratada deverá aplicar, no mínimo, carga horária de dezesseis horas, uma turma com máximo de quinze participantes. O instrutor pode ser engenheiro de segurança do trabalho ou técnico em segurança do trabalho. Esse treinamento é para servidores que trabalham em locais confinados conforme definido na NR-33, os empregados que atuam em ambientes considerados espaços confinados devem receber treinamento, conforme anexo II da NR-33; 33.6.2 Os supervisores de entrada, vigias, trabalhadores autorizados e equipe



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta.

FONE (19) 3575-9000

de emergência e salvamento devem receber capacitação inicial, periódica e eventual, com conteúdo, carga horária e periodicidade definidos no Quadro 1, abaixo:

QUADRO 1

Capacitação	Treinamento inicial (carga horária)	Treinamento periódico (carga horária/periodicidade)	Treinamento eventual
Supervisor de entrada	40 horas	8 horas/anual	Conforme previsto na NR-01 ou quando houver desvios na utilização de equipamentos ou nos procedimentos de entrada nos espaços confinados
Vigia e trabalhador autorizado	16 horas	8 horas/anual	Conforme previsto na NR-01 ou quando identificados desvios na operação de resgate ou nos simulados
Equipe de emergência e salvamento	Conforme plano de emergência, 24 horas ou 32 horas, observado o nível profissional do resgatista	Conforme plano de emergência, 24 horas ou 32 horas, observado o nível profissional do resgatista/bianual	

5.15. TREINAMENTO NR-34 – TRABALHO A QUENTE

Este treinamento é destinado a servidores que fazem uso de lixadeiras, soldas, maçaricos, esmerilhadeiras, makitas e serras elétricas. Para trabalhadores envolvidos em atividades consideradas pelo item 34.5 da NR-34 como trabalhos à quente, deve ser aplicado treinamentos básicos de segurança e específico, conforme a atividade a ser executada.

De acordo com o item 34.3.4.1 o treinamento admissional deve ter carga horária mínima de seis horas, constando de informações sobre:

- e) os riscos inerentes à atividade;
- f) as condições e meio ambiente de trabalho;
- g) os Equipamentos de Proteção Coletiva - EPC existentes no estabelecimento;
- h) o uso adequado dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI.

O Anexo I da NR 34 traz as definições dos treinamentos e suas respectivas cargas horárias:

1. Curso básico para observador de Trabalhos a Quente - Carga horária mínima de oito horas.

5. Curso Básico de Segurança para Trabalhos a Quente - Carga horária mínima de oito horas.

5.16. TREINAMENTO NR-35 – TRABALHO EM ALTURA

A empresa contratada deverá aplicar, no mínimo, carga horária de oito horas, para quatro turmas com máximo de doze participantes por turma. O instrutor pode ser engenheiro de segurança do trabalho ou técnico em segurança do trabalho.

Todas as atividades em altura somente poderão ser realizadas por trabalhador previamente capacitado e autorizado, conforme os itens 35.4.1; 35.4.1.1 e 35.4.4.2, tendo este treinamento carga horária de oito horas e validade de dois meses.

35.4.2 Todo trabalho em altura deve ser realizado por trabalhador formalmente autorizado pela organização.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta.

FONE (19) 3575-9000

35.4.2.1 Considera-se trabalhador autorizado para trabalho em altura aquele capacitado cujo estado de saúde foi avaliado, tendo sido considerado apto para executar suas atividades.

35.4.2.2 A autorização para trabalho em altura deve considerar:

- d) as atividades que serão desenvolvidas pelo trabalhador;
- e) a capacitação a que o trabalhador foi submetido; e
- f) a aptidão clínica para desempenhar as atividades.

5.17. TREINAMENTO NR-38: SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO NAS ATIVIDADES DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

A carga horária do treinamento inicial dever ser de oito horas, sendo quatro horas para o conteúdo teórico e de quatro horas para o conteúdo prático. O instrutor poderá ser engenheiro de segurança do trabalho ou técnico em segurança do trabalho.

Segundo o item 38.9.1 da Norma Regulamentadora 38, é obrigação do empregador fornecer treinamento para os empregados que realizam as atividades de coleta de resíduos e os riscos a que estão expostos.

Já o item 38.9.4, tratou que para o trabalhador que realiza atividade de coleta de resíduos, o conteúdo programático do treinamento deve incluir orientações sobre as situações nas quais os resíduos estejam acondicionados de forma que ofereçam risco à sua segurança ou saúde.

5.18. TREINAMENTO BRIGADA DE INCÊNDIO CONFORME IT 17 DO CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Com carga horária oito horas e para doze turmas com máximo de quinze participantes por turma. Para o conteúdo de combate e prevenção a incêndio o instrutor deve ser engenheiro de segurança do trabalho ou técnico em segurança do trabalho. O(s) instrutor(es) deve(m) ser comprovadamente (sob pena de desclassificação) devidamente aprovado(s) e credenciado(s) pela instituição da Polícia Militar do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo.

O Decreto nº 63.911/2018 define as obrigações do proprietário (ou empregador) em relação aos dispositivos obrigatórios para proteção e combate à incêndios:

Art. 15 - Nas edificações e áreas de risco, é de inteira responsabilidade do proprietário ou usuário, a qualquer título:

III - efetuar, periodicamente, treinamento com os ocupantes do local, bem como manter atualizada a equipe de brigadistas e os planos de emergência;

5.19. TREINAMENTO DE PRIMEIRO SOCORROS PARA OS PROFESSORES, AGENTE ESCOLAR E TODOS OS FUNCIONÁRIOS DAS ESCOLAS E CRECHES MUNICIPAIS

Com carga horária de quatro horas para trinta turmas, com máximo de quinze participantes por turma. Para o conteúdo de primeiros socorros o instrutor deve ser engenheiro de segurança do trabalho ou técnico em segurança do trabalho ou médico ou enfermeiro. O(s) instrutor(es) deve(m) ser comprovadamente (sob pena de desclassificação) devidamente aprovado(s) e credenciado(s) pela instituição da Polícia Militar do Corpo de Bombeiros do



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta.

FONE (19) 3575-9000

Estado de São Paulo, conforme estabeleceu a Lei nº 13.722, de 4 de outubro de 2018, em seu:

Art. 1º Os estabelecimentos de ensino de educação básica da rede pública, por meio dos respectivos sistemas de ensino, e os estabelecimentos de ensino de educação básica e de recreação infantil da rede privada deverão capacitar professores e funcionários em noções de primeiros socorros.

5.20. ELABORAR PRONTUÁRIO DA NR-20 CRIANDO PROCEDIMENTOS E ORGANIZANDO OS DOCUMENTOS DA PREFEITURA

A NR-20 estabelece requisitos mínimos para a gestão da segurança e saúde no trabalho contra os fatores de risco de acidentes provenientes das atividades de extração, produção, armazenamento, transferência, manuseio e manipulação de inflamáveis e líquidos combustíveis. A empresa contratada deverá implantar, orientar, capacitar e organizar a documentação do setor de abastecimento conforme determina a NR-20, a contratada deverá montar procedimentos de trabalho.

É obrigação do empregador, manter disponível para órgãos fiscalizadores e a consulta dos empregados, o Prontuário de Instalações, conforme o item 20.6.1 da NR-20, que define que o Prontuário da instalação deve ser organizado, mantido e atualizado pelo empregador e constituído pela seguinte documentação:

- f) Projeto da Instalação;
- g) Plano de Inspeção e Manutenção;
- h) Análise de Riscos previstas no item 20.7.1;
- i) Plano de prevenção e controle de vazamentos, derramamentos, incêndios e explosões e identificação das fontes de emissões fugitivas;
- j) Plano de Resposta a Emergências.

ANEXO I da NR-20
Critérios para Capacitação dos Trabalhadores e Conteúdo Programático

Tabela 1 - Critérios para Capacitação

Atividade Classe	Instalação Classe I	Instalação Classe II	Instalação Classe III
Específica, pontual e de curta duração	Curso Básico (4 horas)	Curso Básico (6 horas)	Curso Básico (8 horas)
Manutenção e inspeção	Curso Intermediário (12 horas)	Curso Intermediário (14 horas)	Curso Intermediário (16 horas)
Operação e atendimento a emergências	Curso Intermediário (12 horas)	Curso Avançado I (20 horas)	Curso Avançado II (32 horas)
Segurança e saúde no trabalho	-	Curso Específico (14 horas)	Curso Específico (16 horas)

5.21. ELABORAR PLANO DE EMERGÊNCIA CONFORME IT 16 DO CORPO DE BOMBEIRO DO ESTADO DE SÃO PAULO PARA O PRONTO SOCORRO, UBS, CRECHES E ESCOLAS MUNICIPAIS

Realizar simulados de emergências pelo menos uma vez ao ano, com um total de oito edificações sendo um documento para cada edificação.

Os itens 6.2.1, 6.2.2 e 6.2.3 da Instrução Técnica (IT) nº 16 do CBMESP definem como obrigatório a elaboração do plano de Emergência, considerando os cenários de possíveis sinistros que possam ocorrer e as medidas a serem tomadas em situações de emergência.

6.2.4 O plano de emergência deve ser elaborado pelo responsável técnico.

6.2.5 O responsável pela elaboração do plano deve implementar a política de



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta.

FONE (19) 3575-9000

gerenciamento de riscos de incêndio, acidentes e demais emergências, recomendando-se a utilização de métodos consagrados tais como: “What if”, “Checklist”, HAZOP, Árvore de Falhas, Diagrama Lógico de Falhas.

6.2.6 O Plano de emergência contra incêndio deve contemplar, no mínimo, as informações detalhadas da edificação e os procedimentos básicos de emergência em caso de incêndio.

5.22. SERVIÇO DE ENFERMAGEM DO TRABALHO

A empresa contratada será responsável por agendar os exames, fazer as fichas de encaminhamento quando necessária, organizar arquivos físicos e digital, auxiliar o médico na triagem dos pacientes. Criar planilha para controlar o vencimento dos exames periódicos. Carga horária de trabalho de 40 horas semanais. A empresa contratada deverá ter local próprio aonde o enfermeiro fará toda a gestão dos exames a serem realizados, a contratada deve manter os documentos arquivados fisicamente e em nuvem para acesso do RH quando necessário. A contratada deverá apresentar um sistema, ou seja, uma plataforma para manter todos os documentos e através dessa plataforma fazer os envios para o e-social.

5.23. EXAMES LABORATORIAIS E MÉDICOS PARA A SAÚDE DO TRABALHADOR

Os Exames Clínicos como admissional, demissional, periódico, retorno ao trabalho serão realizados mediante alocação de profissional habilitado (Médico em Segurança do Trabalho) que deverá realizar suas funções em local próprio do Contratado neste município conforme cronograma de trabalho apresentado pelo Setor de Recursos Humanos do Município.

As Consultas Médicas (Perícias) serão realizadas mediante alocação de profissional habilitado (Médico em Segurança do Trabalho) que deverá realizar suas funções em local próprio do Contratado neste município, três vezes por semana no período sendo 04 horas diárias.

5.24. ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL

O PCMSO, tem como objetivo a promoção e preservação da saúde do conjunto dos/as trabalhadores/as, considerando os cargos ocupados, a tarefa executada, a exposição aos agentes nocivos, a idade, dentre outras variáveis.

5.24.1. O PCMSO deverá considerar as questões incidentes sobre o indivíduo e a coletividade de trabalhadores.

5.24.2. O PCMSO deverá ter caráter de prevenção, rastreamento e diagnóstico precoce dos agravos à saúde relacionados ao trabalho, inclusive de natureza sub clínica, além da constatação da exigência de casos de doenças profissionais ou danos irreversíveis à saúde dos trabalhadores.

5.24.3. O PCMSO deverá ser planejado e implantado com base nos riscos à saúde dos trabalhadores, especialmente os identificados nas avaliações previstas nas demais NR's.

5.24.4. O PCMSO deve incluir, entre outros, a realização obrigatória dos exames médicos: admissional, periódico, de retorno ao trabalho, de mudança de função e demissional.

5.24.5. Os exames de que trata o item 5.26.4, compreendem avaliação clínica, abrangendo anamnese ocupacional e exame físico e mental; exames complementares, realizados de acordo com os termos específicos da NR 07 do MTE e seus anexos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta.

FONE (19) 3575-9000

5.24.6. Para cada exame médico realizado, previsto no item 5.26.4, o médico emitirá o Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, em (duas) vias.

5.24.7. Os dados obtidos nos exames médicos, incluindo avaliação clínica e exames complementares, as conclusões e as medidas aplicadas deverão ser registradas em prontuário clínico individual, que ficará sob a responsabilidade do médico-coordenador da PCMSO.

5.24.8. O PCMSO deverá obedecer a um planejamento em que estejam previstas as ações de saúde a serem executadas durante o ano, devendo estas ser objeto de relatório anual conforme constante na NR 07 do MTE.

5.24.9. O relatório anual deverá discriminar, por setores da empresa, o número e a natureza dos TERMO DE REFERÊNCIA Prestação de Serviços de Segurança e Saúde do Trabalho exames médicos, incluindo avaliações clínicas e exames complementares, estatísticas de resultados considerados anormais, assim como o planejamento para o próximo ano.

5.24.10. O relatório anual do PCMSO deverá ser disponibilizado ao contratante pela contratada em forma de arquivo informatizado e impresso.

5.25. A ELABORAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES DO AMBIENTE DO TRABALHO

O LTCAT visa o controle da insalubridade/periculosidade através do levantamento dos riscos ambientais e no local do trabalho. O laudo técnico deverá conter, no mínimo, os seguintes itens:

5.25.1. Critério adotado: mencionar a legislação ou a norma em que baseou para a elaboração do laudo técnico (critério qualitativo e quantitativo)

5.25.2. Descrição das atividades e condições de exposição, descrevendo detalhadamente as atividades realizadas pelos Servidores, o ambiente de trabalho e as máquinas/equipamentos utilizados.

5.25.3. Identificação e avaliação qualitativa e quantitativa dos riscos químicos, físicos e biológicos.

5.25.4. Medição de ruído com laudo impresso em todos os equipamentos e nos diversos ambientes de trabalho. O laudo deverá ser anexado no relatório do LTCAT.

5.25.5. Medição de luminosidade com laudo impresso em todos os ambientes de trabalho com iluminação abaixo do recomendado. O laudo deverá ser anexado no relatório do LTCAT.

5.25.6. Medição dos agentes nocivos identificados, utilizando equipamentos adequados e calibrados.

5.25.7. Avaliação de atividades e operações insalubres – NR15, atribuindo insalubridade, se houver, e o respectivo percentual de pagamento;

5.25.8. Avaliação de atividades e operações perigosas – NR 16, atribuindo periculosidade, se houver, e o respectivo percentual de pagamento.

5.25.9. Laudo assinado por médico especialista em medicina do trabalho pela empresa contratada e/ou engenheiro de segurança do trabalho.

5.25.10. Montagem, estruturação e impressão de relatório com validade para 12 meses.

5.26. LAUDO DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE

5.26.1 - Elaboração de Documento que avalia se os/as trabalhadores/as do Município de Itirapina que trabalham expostos a agentes físicos, químicos ou biológicos que são capazes de causar algum dano à sua saúde, considerando os limites máximos de tolerância estabelecidos pela legislação vigente;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta.

FONE (19) 3575-9000

5.27. REVISÃO E ELABORAÇÃO DO PGR – PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

5.27.1. A partir do documento existente (se existente) e notadamente do diagnóstico da realidade, executar a elaboração de novo PGR, realizando a integração entre os Laudos de Periculosidade e Insalubridade, o PGR e o PCMSO, para todos os locais de prestação de serviços dos servidores e estagiários, e qualquer outro local em que o Município designe servidores e ou estagiários para o exercício de suas funções no período de vigência do contrato.

5.27.2. A CONTRATADA deverá rever, sempre a pedido do Município, face a alterações que possam ocorrer nos locais de trabalho no período de execução do contrato, os riscos ambientais a que os funcionários e estagiários estão submetidos, sem acréscimo aos valores inicialmente ofertados.

5.27.3. Atender às normas vigentes e fornecer as informações de forma detalhada necessárias à realização e consecução dos seus objetivos. Sem prejuízo das demais exigências legais e normativas, será obrigatória a observação dos agentes por setor, quantificando, quando possível e/ou qualificando os riscos físicos, químicos, biológicos e de acidentes, com uso de equipamentos adequados, utilizando, no mínimo, dosímetro, decibelímetro, termômetro e luxímetro.

5.27.4. Especificar os materiais, métodos e equipamentos utilizados para sua elaboração no PGR.

5.27.5. Apresentar os laudos de calibração dos equipamentos de medição utilizados.

5.27.6. Propor soluções a fim de eliminar ou atenuar os riscos, apresentando se for o caso, a pedido do Município, de forma detalhada, as medidas a serem tomadas, cumprindo totalmente as exigências da Norma Regulamentadora nº 9 do Ministério do Trabalho.

5.27.7. A CONTRATADA deverá apresentar o PGR em até 30 (trinta) dias do vencimento do PGR vigente, ou quando se fizer necessária atualização, conforme solicitação da do município.

5.28. ACOMPANHAMENTO DE PERICIAS JUDICIAIS

5.28.1. A empresa CONTRATADA deverá fornecer assistente técnico para acompanhamento das pericias judiciais a serem indicadas pela Procuradoria Municipal da Prefeitura de Itirapina.

5.28.2. A CONTRATADA deverá elaborar os quesitos técnicos para o dia da perícia;

5.28.3. Após a finalização da perícia, com a elaboração do Laudo Judicial, a CONTRADADA deverá analisar o laudo e fazer as contestações técnicas.

5.29. DO PRAZO DE ENTREGA E EXECUÇÃO

5.29.1. Os prazos de entrega dos “Treinamentos” deverão obedecer àquela quantidade de horas e participantes constantes nas Ordens de Serviços individuais, por tipo de treinamento, e serão considerados como “entregues” após os recebimentos dos certificados devidamente especificados para cada caso.

5.29.2. Os prazos de entrega dos exames serão aqueles que não poderão prejudicar o objetivo principal de se fazer determinado exame médico ou ambulatorial. Ocorrendo qualquer prejuízo com relação a entrega dos resultados, não será reconhecido como



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta.

FONE (19) 3575-9000

entregue e não serão pagos, sob risco de penalização conforme este Edital e a legislação vigente.

5.29.3. e os exames médicos e consultas indicadas pelo PCMSO deverão ser agendadas e executadas durante o período de vigência do contrato.

5.29.4. Demais serviços relacionados neste TR deverão ser iniciados por demanda ou ordem de serviço específica.

5.29.5. A cada mês de execução, previamente ao faturamento e emissão de Nota Fiscal, a empresa Contratada deverá apresentar ao Setor de Segurança do Trabalho uma planilha analítica dos serviços prestados no mês, com preço unitário e total para cada tipo de serviço realizado.

6. CLAUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Comunicar a empresa vencedora toda e qualquer ocorrência relacionada com a presente contratação;

6.2. Efetuar o pagamento à empresa vencedora no prazo estipulado neste termo;

6.3. Fiscalizar e acompanhar toda a execução dos serviços prestados e fornecidos pela Contratada, bem como fornecer informações necessárias para a perfeita execução dos mesmos.

6.4. Indicar um servidor denominado Fiscal, que acompanhará a execução dos serviços, fazendo toda a comunicação entre a Contratante e a Contratada, sanando todas as dúvidas e mantendo o bom cumprimento do Contrato.

6.5. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que a empresa vencedora entregar fora das especificações do Edital.

6.6. As decisões e providências que ultrapassem a competência do servidor designado para o acompanhamento e a fiscalização dos serviços deverão ser solicitadas à Secretaria Municipal da Administração, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

6.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo preposto da licitante vencedora.

6.8. Observar para que, durante a vigência do contrato, sejam mantidas todas as condições e qualificações exigidas para a sua pactuação.

6.9. Comunicar, formal, circunstanciada e tempestivamente, à licitante vencedora, qualquer anormalidade havida durante a execução do contrato.

7. CLÁUSULA SETIMA - DAS SANÇÕES E MULTAS (art. 92, XIV)

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

Der causa à inexecução parcial do contrato;

A. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

B. Der causa à inexecução total do contrato;

C. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

D. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta.

FONE (19) 3575-9000

- E.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- F.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- G.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- H.** Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- I.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- J.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- K.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
- iv) Multa:
 - (1) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias
 - (2) Moratória de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - (a) O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
 - (3) Compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

7.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

7.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

7.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

7.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta.

FONE (19) 3575-9000

7.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

7.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

7.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

7.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

8. CLAUSULA OITAVA– DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

8.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento.

8.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- Ficha da Despesa: 18
- Função Programática: 04.122.9003.2.103
- Categoria: 3.3.90.39.00 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica.
- Fonte: 01 – Tesouro.
- Aplicação: 1100000 – Geral.

9. CLÁUSULA NONA - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta.

FONE (19) 3575-9000

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2. Para este termo contratual, ficará destinado como **Gestor** o servidor **Flávio Siqueira Fagundes**, portadora do CPF nº 214.815.928-31 e RG nº 33.327.895-1.

9.3. Ficarão designada como **Fiscal** a servidora **Natalia A. Dietrich Canovas Ferreira**, portadora do CPF nº 416.689.888-44.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – EXTINÇÃO CONTRATUAL

10.1. O contrato poderá ser rescindido, na forma, com as consequências previstas nos artigos 137, 138 e 139 da lei 14.133/21.

10.2. Extingui-los, unilateralmente, nos casos específicos na lei 14.133/2.

10.3. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

10.4. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

10.5. A extinção nesta hipótese ocorrerá no término de execução do contrato.

10.6. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no Art. 137, da Lei Federal nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.7. Nesta hipótese, aplicam-se também os Art. 138 e 139 da mesma Lei.

10.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

10.8.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.8.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.8.3. Indenizações e multas.

10.9. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º (terceiro) grau, conforme Art. 14, Inc. IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.10. Constituem, ainda, motivos para a extinção contratual, por parte do CONTRATANTE, além dos casos já enumerados, quaisquer fatos que, a seu critério venham a desabonar a idoneidade técnica ou financeira da CONTRATADA, ressalvados os direitos decorrentes dos serviços executados;

10.10.1. Inadimplemento de cláusula contratual por parte da CONTRATADA;

10.10.2. Inobservância de recomendação de dados fornecidos;

10.10.3. Imperícia, negligência, imprudência, atraso e desídia, na realização dos serviços contratados;

10.10.4. Liquidação judicial ou extrajudicial, falência, concordata ou concurso de credores da CONTRATADA;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta.

FONE (19) 3575-9000

10.10.5. Quando o valor das multas aplicadas ultrapassar 10 (dez por cento) do valor do contrato

10.11. A CONTRATADA receberá o pagamento dos serviços executados até a data da rescisão, deduzindo-se eventuais multas aplicadas, se houver, dando-se por definitivamente encerrado o contrato.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FRAUDE, CORRUPÇÃO E CASOS OMISSOS.

11.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

12. CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - PAGAMENTOS

12.1. Prazo. O pagamento será realizado mensalmente no prazo de até 10 (dez) dias, contados da finalização da liquidação da despesa.

12.2. A cada mês de execução, previamente ao faturamento e emissão de Nota Fiscal, a empresa Contratada deverá apresentar ao Departamento de Pessoal uma planilha analítica dos serviços prestados no mês, com preço unitário e total para cada tipo de serviço realizado.

12.3. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá em **30 (trinta) dias** após a data de sua apresentação válida.

12.4. Será considerada a data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para o pagamento.

12.5. CADIN ESTADUAL. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome da contratada no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades do Estado de São Paulo – CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pela contratada, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei Estadual nº 12.799/2008.

12.6. Os pagamentos serão feitos mediante crédito aberto em conta corrente em nome da contratada em Banco e Agencia indicada pelo fornecedor.

12.7. Correção monetária. Havendo atraso nos pagamentos, incidirá correção monetária sobre o valor devido na forma da legislação aplicável, bem como juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

12.8. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

12.9. A Nota Fiscal/Fatura liquidada, deverá, obrigatoriamente, conter o mesmo CNPJ do vencedor da licitação e atestada pelo fiscal do Contrato/Ata de Registro de Preços.

12.10. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.11. A Nota Fiscal/Fatura deverá constar o número do respectivo empenho e deverá ser encaminhamento ao Departamento de Empenhos da Prefeitura Municipal de Itirapina/SP.

12.12. A contagem do prazo para pagamento considerará dias corridos e terá início e encerramento em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Itirapina/SP.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta.

FONE (19) 3575-9000

12.13. Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, será imediatamente solicitada à Contratada a substituição ou carta de correção, quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada à Prefeitura Municipal de Itirapina/SP no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

12.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.15. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

12.17. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.18. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13. CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – DA COMPACTUAÇÃO DE PREÇOS

13.1. Nos contratos para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou com predominância de mão de obra, o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços será preferencialmente de 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação prevista no § 6º do art. 135 desta Lei.

13.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro será de até 1 (um) mês, contado da data do protocolo do pedido de revisão devidamente instruído.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES (art.124)

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos art.(s). 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

14.1.1. Unilateralmente pela Administração:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;

b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

14.2. A extinção do contrato poderá ser, pelo artigo 138, da lei 14.133/21:

14.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta.

FONE (19) 3575-9000

14.3. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS IMPOSTOS

15.1. Os tributos e demais encargos (impostos, contribuições fiscais e parafiscais, etc.) se devidos em decorrência, direta ou indireta, deste instrumento ou de sua execução, serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, que os recolherá, sem direito a reembolso. O CONTRATANTE quando for retentor, descontará e recolherá, nos prazos da Lei, os pagamentos que efetuar, à parte que for devida pela CONTRATADA, segundo a legislação vigente.

15.2. Serão retidos por parte da Prefeitura de Itirapina, os valores referentes ao ISSQN, entre outros, que incidirem sobre o valor total dos serviços contratados e executados (sobre o valor total da nota fiscal/fatura), conforme legislação vigente.

15.3. É obrigatório conter o destaque do IRRF, ou o envasamento legal de sua não incidência, além do valor bruto do título e o valor líquido devido, sob pena de sofrer a retenção sobre o valor total, **de acordo com a Instrução Normativa 2.145 de 26 de junho de 2023**.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO (art. 92, §1º)

16.1. É eleito o Foro da Vara Única da Comarca de Itirapina/SP para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Os profissionais envolvidos na execução dos serviços não terão vínculos trabalhistas com a Administração Pública de Itirapina, isentando a mesma de quaisquer responsabilidades e ônus.

17.2. A Contratada deverá possuir profissionais e equipamentos adequados para as perfeitas condições de execução dos serviços, sendo ainda responsável por danos que vierem a causar a Contratante.

17.3. Todo o trabalho executado pela Contratada será comunicado e agendado com os responsáveis da Contratante, evitando transtornos ou prejudicando o bom desenvolvimento dos trabalhos desenvolvidos pela Contratante.

17.4. Toda e qualquer dificuldade encontrada pela Contratada deverá ser comunicada a Contratante, visando encontrar a melhor solução.

17.5. A Contratada será responsável por seus profissionais envolvidos, bem como deverá mantê-los uniformizados e identificados, e ainda fornecer EPI's, isentando a Contratante de quaisquer responsabilidades e ônus.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta.

FONE (19) 3575-9000

17.6. Os casos **OMISSOS** relativos à execução do contrato serão resolvidos pelas partes, com a estrita observância das disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e legislação complementar aplicável à espécie.

Fica ajustado, ainda, que:

I. Consideram-se partes integrantes do presente Termo de Contrato, como se nele estivessem transcritos:

A. o Edital mencionado no preâmbulo e seus anexos.

B. a proposta apresentada pela CONTRATADA;

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento **em 03 (três) vias**, que, lido e achado conforme pela CONTRATADA e pela CONTRATANTE, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

Local e data

Assinaturas

MUNICÍPIO DE ITIRAPINA
Prof.^a Maria Da Graça Zucchi Moraes
Prefeita Municipal

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
Nome do Representante
Cargo na empresa

Testemunhas:

FLÁVIO SIQUEIRA FAGUNDES
Secretário Municipal da Administração
CPF nº 214.815.928-31

NATALIA A. DIETRICH CANOVAS FERREIRA
Fiscal do Contrato Administrativo
CPF nº 416.689.888-44



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta.

FONE (19) 3575-9000

ANEXO VI.A – TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

Processo Administrativo nº 2707/2024 – Modalidade: Pregão Eletrônico nº xx/2025 –

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços em medicina do trabalho, objetivando a implantação plena do SESMT- Serviços Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho para o município de Itirapina/SP.

Contrato Administrativo nº 0xx/2025, assinado em ____ de ____ de 2025.

Contratante: Prefeitura Municipal de Itirapina – CNPJ nº 46.313.714/0001-50.

Detentora: _____ – CNPJ nº _____.

Vigência: de xx/xx/2025 a xx/xx/2026 – 12 (doze) meses.

Valor Total Registrado: R\$ ____ (____).

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- A) O ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- B) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- C) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- D) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Local e Data: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA, ____ DE _____ DE 2025.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO:

Nome: **MARIA DA GRAÇA ZUCCHI MORAES**

Cargo: Prefeita Municipal

CPF nº 553.097.808-82

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME:

Nome: **MARIA DA GRAÇA ZUCCHI MORAES**

Cargo: Prefeita Municipal

CPF nº 553.097.808-82

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE PELO CONTRATANTE:

Nome: **MARIA DA GRAÇA ZUCCHI MORAES**

Cargo: Prefeita Municipal

CPF nº 553.097.808-82



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta.

FONE (19) 3575-9000

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE PELA CONTRATADA:

Nome:

Cargo:

CPF nº

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: **FLÁVIO SIQUEIRA FAGUNDES**

Cargo: Secretário Municipal da Administração

CPF nº 214.815.928-31

Assinatura: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 – Centro – Itirapina – SP – CEP. 13530-000

CNPJ: 46.313.714/0001-50 – Inscr. Estadual: Isenta.

FONE (19) 3575-9000

ANEXO VI.B – CADASTRO DO RESPONSÁVEL

Processo Administrativo nº 2707/2024 – Modalidade: Pregão Eletrônico nº xx/2025 –

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços em medicina do trabalho, objetivando a implantação plena do SESMT- Serviços Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho para o município de Itirapina/SP.

Contrato Administrativo nº 0xx/2025, assinado em ____ de ____ de 2025.

Contratante: Prefeitura Municipal de Itirapina – CNPJ nº 46.313.714/0001-50.

Detentora: ____ – CNPJ nº ____.

Vigência: de xx/xx/2025 a xx/xx/2026 – 12 (doze) meses.

Valor Total Registrado: R\$ ____ (____).

Responsável pelo atendimento a requisições de documentos do TCESP.

Nome	FLÁVIO SIQUEIRA FAGUNDES
Cargo	Secretário Municipal da Administração
Endereço do Órgão	Avenida 01, nº 10, Centro – Itirapina/SP, CEP: 13.530-000
Telefone e Fax	
E-mail Institucional	administracao@itirapina.sp.gov.br

Itirapina, xx de xxxx de 2025.

Prof.^a MARIA DA GRAÇA ZUCCHI MORAES

Prefeita Municipal

FLÁVIO SIQUEIRA FAGUNDES

Secretário Municipal da Administração

Gestor



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA
Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000
CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta.
FONE (19) 3575-9000.

ANEXO VI.C – DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

Processo Administrativo nº 2707/2024 – Modalidade: Pregão Eletrônico nº xx/2025 – Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços em medicina do trabalho, objetivando a implantação plena do SESMT- Serviços Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho para o município de Itirapina/SP.

Contrato Administrativo nº 0xx/2025, assinado em ____ de ____ de 2025.

Contratante: Prefeitura Municipal de Itirapina – CNPJ nº 46.313.714/0001-50.

Detentora: ____ – CNPJ nº ____.

Vigência: de xx/xx/2025 a xx/xx/2026 – 12 (doze) meses.

Valor Total Registrado: R\$ ____ (____).

Supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Itirapina, ____ de ____ de 2025.

Prof.^a MARIA DA GRAÇA ZUCCHI MORAES
Prefeita Municipal

FLÁVIO SIQUEIRA FAGUNDES
Secretário Municipal da Administração
Gestor